

**REPRESENTANTES
DE 124
ORGANIZAÇÕES
FEMININAS DE 109
PAÍSES
ESTIVERAM
REUNIDAS
EM LISBOA
- VER PÁG. 16**

ALAVANCA

CGTP - IN
CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO
51376
NE
11

UNIDADE NA ACÇÃO — A FORÇA DOS TRABALHADORES

Preço 5500

DEFENDAMOS A REFORMA AGRÁRIA!

Contrariamente ao que determina a Constituição da República e a Lei das Expropriações, os CRRAs decidiram entregar as "reservas" aos agrários. Com a aceitação por duas Comissões, Directivas de UCP em Beja, os agrários sentiram-se vitoriosos e apresentaram pedidos de reserva num total que abrange a quase totalidade da terra conquistada pelos trabalhadores que fizeram a Reforma Agrária. Entretanto na UCP "Margem Esquerda" de Serpa, a Comissão de Trabalhadores decidiu não aceitar tal imposição que, além de ilegal, viria destruir a UCP que já está devidamente legalizada

desde 4/10/76 (Diário da República, n.º 233).

A direita reacçãoária, falhada que foram as tentativas de aprovar o projecto CDS na Assembleia da República, não desiste de atentar contra uma das maiores conquistas da Revolução Portuguesa: a Reforma Agrária.

Animados pela autorização governamental da entrega de algumas "Reservas" no distrito de Beja, os agrários apresentaram já cerca de 2000 pedidos que atingem um total de 1 milhão de hectares. Encontra, deste modo, a reacção uma alternativa para devolver aos latifundiários, absenteístas e sabotadores, a terra recuperada pelos trabalhadores agrícolas.

As notas oficiais do actual ministro da Agricultura têm sido um aliciente incentivo à ofensiva reacçãoária procurando dividir os trabalhadores e ameaçando-os com a "Intervenção" da GNR. Como se não bastassem todas as dificuldades criadas pelo Instituto dos Cereais para recolher o trigo produzido e entregar as sementes para a nova produção, os CRRAs determinaram a suspensão dos trabalhos das sementeiras provocando gravíssimos prejuízos à Economia Nacional.

A Reforma Agrária significa uma das maiores conquistas do povo português.

Tendo sido conduzida pelos trabalhadores e resultando num substancial aumento da produção de cereais e dos efectivos pecuários, os trabalhadores repudiam energeticamente todos os passos de um plano de recuperação capitalista e latifundiária e exigem do Governo o cumprimento dos princípios enunciados na Constituição Portuguesa e dos compromissos assumidos pelo MAP de prosseguir as expropriações antes de considerar os pedidos de reserva.

Urge unir e organizar a luta de todos os trabalhadores para bater a feroz ofensiva reacçãoária contra a Reforma Agrária. A sabotagem económica é uma



UNIDADE NA ACÇÃO

AS «FÉRIAS» DO «ALAVANCA»

Os nossos leitores irão estar um mês sem a companhia do seu jornal. Férias chamamos, em epígrafe, a esta paragem, e férias serão, se para tal se considerar uma diversificação de tarefas e um repensar de processos.

Numa época de febril actividade do movimento sindical, a equipa jornalística do Alavanca é solicitada para outras tarefas — dentro da sua esfera de acção, que é a de formar e de informar — na preparação do Congresso de Todos os Sindicatos.

Convosco estaremos na primeira semana de Janeiro. Até lá, aperfeiçoaremos o sector da distribuição e enriqueceremos a nossa rede de informações. É o momento óptimo para todos os nossos leitores nos fazerem chegar as suas sugestões e as suas críticas. Para que o Alavanca sirva cada vez melhor a função que o movimento sindical lhe atribui.

Boas festas, com o 13.º mês sem título do tesouro! Até breve.

(Continua na pág. 16)

«A tentativa de recuperação do poder económico pelo capitalismo monopolista e latifundiário é uma realidade concreta a que se assiste com cada vez maior resistência.

«A impunidade dos terroristas, a libertação dos pides, a reabilitação dos fascistas e o saneamento de democratas são prática corrente no dia-a-dia do nosso País.

«Esta situação resulta claramente do desentreado ataque das forças reacçãoárias e de direita na tentativa desesperada de obstar a concretização das perspectivas de construção da nossa sociedade democrática rumo ao socialismo.

«É assim que os inimigos dos trabalhadores e os seus agentes ensaiam o desrespeito pela Constituição, a desestabilização político-social, o ataque aos órgãos militares do Poder, promovem o agravamento

sistemático das nossas condições de vida e de trabalho, e pressionam, cada vez com maior êxito, o Governo, obrigando-o à tomada de medidas cada vez mais impopulares e antipopulares.

«O imperialismo vai-se assenhoriando pouco a pouco das riquezas do nosso País pelo endividamento crescente que a administração tem usado como método para resolver problemas pontuais, sem prévia ponderação e estudo, que apenas serve para hipotecar e comprometer a Independência Nacional.

«No campo interno, ao mesmo tempo que a reacção levanta cabeça, assistimos ao crescer do descontentamento dos trabalhadores e do povo.»

«Foram estas as palavras com que o representante do Secretariado da Intersindical se dirigiu a uma multidão de trabalhadores que enchia, de ponta a ponta, o Estádio 1.º de

Maio. Mais adiante afirmaria, despertando na assistência uma prolongada ovação:

«As autoridades do nosso país daqui lhes dizem que estamos dispostos a todos os esforços, que seremos capazes de suportar os maiores sacrifícios, mas apenas na certeza de que a recuperação económica só poderá ser obtida com a participação activa dos trabalhadores. Com a consolidação das conquistas fundamentais já alcançadas e no rigoroso cumprimento da Constituição.»

A mesma hora decorriam no Porto e em Coimbra outros comícios que reuniram, igualmente, muitas dezenas de milhares de trabalhadores. No momento em que somos obrigados a fechar a presente edição não dispomos de mais informações para a nossa reportagem, pelo que pedimos desculpas aos nossos camaradas do centro e norte do País.

(Ver páginas centrais)

ENCONTRO DA JUVENTUDE TRABALHADORA • VER PÁG. 10/11

MAIS UMA INGERÊNCIA NA VIDA SINDICAL

A Constituição da República e a Lei Fundamental da República Portuguesa. É a Lei do Estado Português. E do seu Governo, qualquer que ele seja, ou venha a ser.

Tudo o português deve respeitá-la. E cumpri-la. E exigir que seja cumprida por todos e escrupulosamente respeitada.

Mas acontece, tem acontecido ultimamente, que não só o patronato ganancioso e reaccionário tem atentado contra ela, como, até (pasmem-se!) o próprio Governo, que se proclama (justamente) mas, também, nestes casos, incompreensivelmente constitucional!

Recentemente, ainda, quando «liberalmente» — a exemplo do que tinha sido feito por Giscard d'Estaing logo que foi eleito presidente da República Francesa, fazendo reunir o Governo em cidades da província, como até então não se fizera — o 1.º Governo Constitucional reuniu fora de Lisboa. E escolheu o Porto para essa sua ostensiva e «intencional liberalização». Tomou, na capital do Norte, decisões, algumas das quais bastante graves, no que respeita ao Movimento Sindical Português. Aprovou um Decreto-Lei que altera o Art.º 21.º da Lei Sindical, estabelecendo que a cobrança das quotas sindicais, é uma obrigação que compete aos respectivos sindicatos.

Esta medida constitui uma autêntica ingerência do Poder Político no Movimento Sindical e é contrária aos interesses dos trabalhadores, tanto mais que foi tomada sem que os trabalhadores fossem ouvidos, como se estipula na Constituição que o sejam.

As decretá-la, o Governo não desconhece que isso contraria o que está acordado em numerosas convenções de trabalho, celebradas entre os sindicatos e o patronato. Mas o que parece é que o Governo pretende, agora, «colocar em ordem» o Movimento Sindical e obrigá-lo a criação de um dispendioso mecanismo burocrático, cuja necessidade os trabalhadores tinham já ultrapassado.

O Governo actual, cada vez menos capaz de resolver problemas que tanto afligem o Povo português, encontra capacidade e energias para revogar mais um artigo da Lei Sindical, prossequindo, assim, a sua actualção contra os interesses dos trabalhadores. E, dessa forma, numa clara via de recuperação capitalista. Neste caso preciso, imitando a acção de Silva Pinto, ministro das Corporações do regime fascista que quis impor uma lei semelhante, mas que a acção decidida e conjugada dos trabalhadores, mesmo durante «a noite de negritude fascista», conseguiram impedir a imposição da sua actualização.

E que — fique isto bem claro — os trabalhadores portugueses estão unidos e vigilantes. E tudo farão, em estreita colaboração com a sua organização sindical, para impedir a violação das conquistas e direitos fundamentais, especialmente a liberdade sindical e a sua participação na elaboração da Legislação do Trabalho, consagradas na Constituição.

Neste sentido, a Intersindical Nacional não se poupará a esforços para que não seja assinado e promulgado pelo Presidente da República, o referido diploma, porque ele constitui, para todo o povo trabalhador, mais uma grossa violação da Constituição da República. Constituição que é a lei fundamental do nosso País, e que é necessário, custe o que custe, respeitar e fazer respeitar!

QUE MISÉRIA É ESTA?

As perguntas que o Secretariado da Comissão de Trabalhadores da Metalúrgica Luso-Italiana, SARL, fazem, no seu Comunicado 94-76, datado de 17 do corrente, têm razão de ser:

— Será saudosismo dos tempos de Salazar e Caetano?
— Será a confirmação pública e inofensiva da política adoptada pelo Ministério do Trabalho e pelo Governo paramo, os trabalhadores, através de legislação inconstitucional e corporativista, como a Lei dos Despedimentos?

Tem a sua razão de ser no facto de terem recebido, a uma solicitação que fizeram, no Ministério do Trabalho, um envelope e papel de carta, limbrados com o nome do defunto (?) Ministério das Corporações e Previdência Social — Direcção-Geral do Trabalho e Corporações — Direcção de Serviços do Trabalho. Esse ofício tem a «nossa referência» 2/4669-C, o número 3433 e é datado de 10 de Novembro de 1976!

Os trabalhadores do Secretariado da Comissão de Trabalhadores da Metalúrgica Luso-Italiana, SARL, estão muito justamente espantados. E indignados. Que querem os «senhores governantes» de agora e de aqui, dizer com isto? Que história é esta, de dois anos e meio após a derrota fascista de Salazar/Caetano, de má memória, começarem a reaparecer, em correspondência oficial (há vem, encimando o ofício, o escudo da República e, em cada lado do mesmo, as letras SP) esse papel e esses envelopes limbrados com o nome porque era conhecido, antigamente, o que é hoje o Ministério do Trabalho? Será que tal constatação poderá dar força de razão a essa Comissão de Trabalhadores quando, em certa passagem do seu Comunicado atrás referido, e depois de lembrarem que já em Braga no Porto tal facto se tem constatado, dizem: «Ao que parece, já é prática corrente, adoptada pelo Ministério do Trabalho(?) (acentuam bem que «fica o nosso ponto de interrogação»). Não queremos acreditar que alguém responda afirmativamente às nossas interrogações. Mas, como trabalhadores, ficamos à espera de satisfações.»

Mas será que a miséria é tanta, no Ministério do Trabalho, que não há uns fundositos disponíveis para mandar imprimir, como manda um mínimo de decência democrática, papel com as designações correctas e necessárias? Não estamos em Novembro de 1973, senhores responsáveis por estas (graves!) ofensas ao natural orgulho de trabalhadores, livres e democratas, num regime democrático, o caminho do socialismo!

Ou será necessária uma subscriçãozinha, um empréstimo público, para se conseguir a massa necessária para mandar confeccionar, nas devidas regras, ofícios e envelopes para esse Ministério do Trabalho — que foi (e jamais deve voltar a sê-lo!) Ministério das Corporações e Previdência Social?

AS TESES DO CONGRESSO

SALÁRIOS E CUSTO DE VIDA

A melhoria constante do nível de vida dos trabalhadores é um dos objectivos centrais do Movimento Sindical e constitui um factor positivo para o próprio desenvolvimento económico geral.

Este objectivo obriga a adopção dum política salarial em defesa de quem trabalha, ao combate à especulação e à subida desenfreada de preços, e a uma política de rendimentos que faça pagar mais a quem mais tem.

A actualização de salários, nomeadamente do salário mínimo, para impedir a perda do poder de compra ocasionado pelo aumento do custo de vida, e o alargamento das regalias sociais, contribuirão para alargar o mercado interno, base indispensável para o desenvolvimento económico.

O combate aos grandes intermediários parasitas, o encurtamento e racionalização dos circuitos comerciais, a estabilização dos preços dos produtos de primeira necessidade, nomeadamente através do desenvolvimento das responsabilidades do Estado neste sector, contribuirão para que a melhoria dos preços pagos à produção não se reflitam numa forma agravada nos preços de consumo.

O cumprimento do preceito constitucional que prevê um imposto

único e progressivo sobre o rendimento que tenda a limitar os rendimentos a um máximo nacional, o combate à fraude e à evasão fiscal, são passos importantes previstos pela própria Constituição e que urge pôr em prática. Uma correcta política salarial e de rendimentos, deve assentar, na actual fase da Revolução Portuguesa, sobre os seguintes princípios:

— Assegurar, em termos globais, a manutenção do poder de compra das classes trabalhadoras ainda depois do 25 de Abril, e que constitui uma das principais conquistas da Revolução Portuguesa.

— Permitir o melhoramento das condições de vida das classes de mais baixos rendimentos.

— Os dois princípios precedentes exigem aumentos periódicos no salário mínimo que pelo menos compensem a subida do custo de vida; pressupõem, ainda, em período de alta inflação, a possibilidade do encurtamento do tempo de vigência das tabelas salariais; implicam, também, a redução progressiva dos leques salariais.

— Na manutenção do poder de compra das classes trabalhadoras, e no melhoramento das condições de vida das classes mais desfavorecidas, deve ser considerado tanto o salário directo

(aquilo que os trabalhadores recebem em dinheiro no fim de cada mês) como o salário indirecto (serviços gratuitos ou pagos a baixo preço).

Uma política salarial adequada à actual fase da Revolução Portuguesa deve possibilitar, por um lado, a consolidação da área social da economia (empresas nacionalizadas, e com intervenção do Estado, empresas públicas, e unidades colectivas de produção, cooperativas, etc.) e por outro lado, defender os postos de trabalho e ter em conta a situação específica das pequenas e médias empresas, contribuindo para liquidar o controlo que o grande capital ainda exerce sobre elas.

Deverá ainda atender à necessidade de apontar para o estabelecimento de uma política salarial global, de modo a estabelecer o equilíbrio entre sectores de actividade com capacidades económicas desiguais. Estabilização dos preços dos produtos e dos serviços de primeira necessidade.

DE PROJECTO DO PROGRAMA DE ACÇÃO: III - Política de defesa dos interesses colectivos dos trabalhadores; 3.2 - Salários e custo de vida.

O PLANO ECONÓMICO

A via para a resolução dos problemas económicos tem de contar com o apoio activo, a participação e o empenhamento consciente dos trabalhadores. Para isso as medidas e os objectivos que vierem a ser definidos para o desenvolvimento económico têm de dar uma resposta positiva aos problemas dos trabalhadores e as formas e o tipo de participação destes na elaboração, execução e controlo da planificação democrática da economia, seu direito constitucional, têm de ser asseguradas.

A participação dos trabalhadores deve fazer-se a todos os níveis:

— na empresa, o desenvolvimento do controlo operário e o conhecimento da sua situação concreta, permitirão às comissões de trabalhadores apresentar autonomamente as suas propostas; fiscalizarem a informação estatística enviada, discutirem as metas que forem estabelecidas e controlar o seu cumprimento.

— nos sectores de actividade, a criação e reforço de comissões coordenadoras, com a participação das Comissões de Trabalhadores e Sindicatos respectivos e o acesso destas à informação económica necessária, criando as condições para a elaboração de posições,

propostas e críticas que os órgãos de planeamento deverão ter em conta. A presença de elementos das comissões coordenadoras em organismos de coordenação da elaboração do Plano a nível sectorial, se bem que necessária, não poderá pôr em causa a autonomia das organizações de trabalhadores nem ser entendida como forma exclusiva da sua participação.

— nas regiões, de acordo com a divisão administrativa que vier a ser estabelecida, caberá às respectivas uniões distritais tendo o acesso às informações necessárias criar as formas de transmitir as posições que os trabalhadores resolvam assumir e assegurar a participação de representantes das organizações de trabalhadores nos respectivos órgãos coordenadores da elaboração, mantendo a sua autonomia de decisão e actuação.

— a nível nacional, devem ser garantidas as condições para que as organizações de trabalhadores participem na elaboração, execução e controlo do Plano. Entre elas destacam-se o respeito pela autonomia das organizações dos trabalhadores, o acesso à informação estatística e económica necessária e aos documentos de trabalho preparatórios das várias fases do planeamento.

A representação sindical no Conselho Nacional do Plano não é a forma que, por si só, assegura o direito de participação constitucionalmente reconhecido.

As formas que devem revestir a intervenção dos trabalhadores têm como objectivo assegurar que estes possam exprimir claramente as suas posições quanto à resolução dos problemas económicos.

O Movimento Sindical considera que a resolução do problema do desemprego deve ser o eixo fundamental da política económica, de forma a permitir o pleno aproveitamento da força produtiva essencial, a força do trabalho, a garantia dos direitos ao trabalho e à segurança no emprego e consequentemente reconhecida. A criação de novos postos de trabalho e a manutenção da proibição dos despedimentos sem justa causa, devem ser medidas orientadas para aumentar a produção de bens necessários ao consumo interno, melhorar o nível de vida global das massas trabalhadoras, diminuir a dependência externa e combater o aumento do custo de vida.

DE PROJECTO DO PROGRAMA DE ACÇÃO: Por uma economia controlada pelos trabalhadores; 2.4 - Plano económico.

INATEL

DELEGADOS DO MT MOSTRAM O JOGO

Saldou-se por uma torrente de calúnias e injúrias contra os trabalhadores portugueses e contra o Movimento Sindical a autodenominada "conferência de Imprensa" que os senhores delegados do MT na Comissão Administrativa do INATEL se lembraram de convocar.

Diga-se no entanto, em abono da verdade, que nem o recurso ao escândalo fácil e à coscuvilhice barata, evitaram que se esboçasse a máscara com que pretendiam ocultar os verdadeiros objectivos da sua manobra.

Logo desde o início ficou bem claro que os delegados do MT não estavam nada interessados em analisar os reais problemas com que se debate o INATEL, mostrando-se muito mais empenhados em fazer uma jogada política que se enquadra perfeitamente nos ataques que as forças mais reacionárias têm vindo a fazer às organizações representativas dos trabalhadores.

O que eles pretendem é que o Governo lhes entregue, de mão beijada — a si e aos interesses que representam — o INATEL. Mas... terá de ser já! É que vem aí o Congresso de Todos os Sindicatos e depois disso eles não poderão continuar a alardear as palhaçadas que agora expendem. Sim... porque além do mais eles têm em a unidade dos trabalhadores, e têm consciência de que o Movimento Sindical, desfeitas as tentativas de divisão, sairá extraordinariamente reforçado deste Congresso.

Por isso os senhores delegados não podem perder tempo e têm de conseguir que, de imediato, o Governo altere a Constituição da Comissão Administrativa do INATEL. Pretendem que o actual equilíbrio — de dois representantes do Ministério do Trabalho para dois representantes dos sindicatos portugueses — seja alterado, ou seja, pretendem que a representação do Governo passe a contar com mais um elemento ou então que lhes seja atribuído voto de qualidade.

Isto para evitar situações de empate aquando da tomada de decisões, claro... Logicamente que se tal situação de equilíbrio fosse rompida a favor dos sindicatos, eles se demitiriam...!

INGERÊNCIA

Nem o debitar de uns quantos números e de umas quantas belas palavras conseguiram camuflar os intentos visados pelo Major Lobo César e por Dórdio Guimarães. Quando as manobras divisionistas não surtem qualquer efeito no seio dos trabalhadores, quando os cisionistas são desmascarados e isolados, logo as forças reacionárias procuram outros meios de caminhar para os seus objectivos.

Acusando os outros de controlarem tudo e todos, eles apenas estão à espreita da

oportunidade de se apossarem daquilo que, junto dos trabalhadores, não conseguiram. Por isso, há que — de imediato — passar a controlar também o INATEL, antes que venha o Congresso e se acabem os argumentos com que agora se procura mistificar mais esta fase do assalto.

Além, argumentos deste tipo já os conhecemos bem, e estamos lembrados do muito que já justificaram.

E é por tudo isso que os rejeitamos, que repudiamos o seio das organizações dos trabalhadores, pois só a estes cabe decidir acerca da melhor maneira de se organizarem na defesa dos seus interesses de classe.

Até porque certas palavras em certas bocas soam muito mal. Vir falar-se de "vivência democrática" quando se instaurou um ambiente de terror, de suspeita e de delação, quando se apelou para a polícia para que expulsasse alguém que apenas defendia os seus direitos de trabalhador, mais não representa do que o recurso à mentira, à mistificação e à violência na prossecução de obscuros interesses.

"A CULPA É DO MINISTÉRIO..."

Apesar de tudo isto — ou talvez por isso mesmo — os senhores

delegados não conseguiram iludir as questões a, a pouco e pouco, foram dizendo coisas que nos interessava ouvir.

Por exemplo — e referindo-se ao período de tempo em que os dois delegados, fazendo reuniões da



Comissão Administrativa "em família", tomaram uma série de decisões que agora pretendem que sejam perfeitamente legais — chegaram à conclusão de que as responsabilidades de tudo o que aconteceu cabiam ao Ministério do Trabalho. Ou seja, que tudo não passara de um problema interno

entre o Ministério do Trabalho e os seus delegados no INATEL.

Senão, vejamos: em 24 de Agosto, Rogério Paulo pede à "Inter" a sua substituição como representante dos sindicatos na Comissão Administrativa do INATEL, e a 9 de Setembro o Ministério do Trabalho informa ter tomado conhecimento oficial dessa substituição. Pensar-se-ia que a questão da composição da C.A. estaria encerrada, mas não.

Argumentando com problemas de interpretação do texto do ofício, os delegados do Ministério do Trabalho solicitam então ao Ministério que clarifique a sua posição. Para além do ridículo que envolve toda esta sucessão de acontecimentos, interessa dizer que este lapso de tempo ia sendo muito bem aproveitado pelos senhores delegados do Governo para — a dois — tomarem as iniciativas que muito bem entenderam, admirando-se, agora, de que os representantes dos sindicatos afirmem considerar como legalmente inexistentes as decisões que resultaram das tais reuniões "em família".

Os trabalhadores não estão nada interessados em descobrir se

continuava a nomeação de Manuel Pedro Lovagrow.

"O CLIMA DE HARMONIA"

No decorrer de tal conferência de Imprensa, Dórdio Guimarães e Lobo César, instados a pronunciarem-se sobre um acontecimento que em nada abnovia o "clima de harmonia e não de odio" que, de acordo com as suas palavras, se esboçaram por implantar, acabaram por não conseguir justificar a intervenção da PSP contra a presença de Américo da Costa Pereira.

Numa decisão perfeitamente unilateral, os delegados do Governo tinham considerado, em Agosto, que Américo da Costa Pereira se encontrava despedido, e suspenderam-lhe o vencimento.

No dia 7 de Outubro, sem sequer consultarem os dois representantes dos sindicatos — que entretanto o MT confirmara — recorreram à PSP para expulsar o chefe da secção de Formação de Quadros do Departamento de Animação Desportiva, tendo para o efeito dito aos agentes que se tratava de um intruso.

Mas a unidade demonstrada pelos trabalhadores do INATEL impediu que tais intentos se consumassem. No entanto Américo da Costa Pereira nunca mais recebeu o seu vencimento.

Ao longo de toda uma campanha de intimidação em que fizeram sair comunicados com toda uma série de ameaças, dizendo querer "anular a acção partidária do pessoal ultimamente admitido" e "preencher novas vagas com pessoal de confiança", os delegados do Governo têm degradado o ambiente que existia entre os trabalhadores do INATEL.

Claro que para manobras deste tipo não poderiam contar com o apoio dos representantes dos sindicatos.

Por isso mesmo, os delegados do MT convocaram esta "conferência de Imprensa" que, afinal, não passou de uma forma de tentar levar o Governo a alterar a constituição da C.A. do INATEL.

Mas os trabalhadores deste País não permitirão que sejam consumadas mais arbitrariedades.

Por muito que pese aos senhores delegados do Ministério do Trabalho, os trabalhadores estão unidos e atentos.

CONTRA OS DESPEDIMENTOS NA TELEVISÃO PORTUGUESA

Houve uma Assembleia Geral Extraordinária, no Sindicato dos Profissionais de Telecomunicações e Radiodifusão, para análise do processo de despedimentos na RTP e decisão de medidas a tomar contra tão injustos e fascizantes saneamentos.

Aprovou-se uma moção, apenas com quatro abstenções, na qual se condena «a integração de reconhecidos fascistas ligados à PIDE/DGS, Legião Portuguesa, UN/ANP e Serviços de Censura, na vida pública do País, como no ensino, nas actividades económicas, nos órgãos de Comunicação Social e na RDP, em especial». E decidiu-se «repudiar a atitude do presidente da (à data do despacho do despedimento

colectivo, inexistente) Comissão Administrativa da RTP, por assumir uma posição que previamente lhe havia sido preparada, quando na ANOP se assiste ao puro acto de justiça de reintegrar, com plenos direitos, os dois trabalhadores que também tinham sido suspensos arbitrariamente após o 25 de Novembro de 1975».

Também se condenou «o silêncio que a Secretaria de Estado da Comunicação Social tem mantido sobre este despedimento colectivo na televisão». E, por fim, decidiu-se «inquirir ao Ministério do Trabalho porque razão vem agora dizer aos Sindicatos (Telecomunicações, Rodoviários e Metalúrgicos de Lisboa,

Músicos e da Actividade Cinematográfica), que foi consultado o senhor secretário de Estado da Comunicação Social no sentido de aquele membro do Governo se pronunciar sobre a oportunidade de uma audiência solicitada (para nova análise deste despedimento colectivo), quando o Art.º 46.º dos Estatutos da RTP diz, textualmente: O trabalho da RTP fica sujeito a fiscalização do Ministério do Trabalho».

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Na sequência da Conferência Mundial dos Trabalhadores de Televisão, em que participou uma delegação portuguesa representando a Intersindical

Nacional, o Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações e o Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos, o Comité Executivo da Federação dos Trabalhadores de Televisão subscreeu uma declaração em que manifesta a sua inquietação pelo despedimento abusivo de 23 trabalhadores da Rádio Televisão Portuguesa.

Após ter procedido à análise de um documento em que era feita a descrição das condições de despedimento daqueles profissionais, a FISTAV decidiu enviar a Portugal uma comissão encarregada de estabelecer contactos com as entidades oficiais, defendendo os direitos dos trabalhadores despedidos.

«ARTE FINA»: 85 MULHERES LUTAM PELO DIREITO AO TRABALHO

«No dia 10 de Agosto o patrão fechou a fábrica. Então, fizemos a ocupação das instalações, mas não estamos em laboração. Também, não formámos uma cooperativa nem entrámos em autogestão porque quem tem o controlo dos mercados são os patrões e como tal boicotar-nos-iam a saída dos produtos» — afirmou-nos Júlia Andrade da Comissão Sindical da fábrica de bordados madeirense «Arte Fina».

Esta empresa ocupada desde Agosto, continuava, na altura em que nos deslocámos à Madeira, sem perspectivas de solução. Todos os dias, oitenta e cinco mulheres, divididas por três turnos, asseguram a sua permanência nas instalações da fábrica.

A grande maioria habita longe e gasta cerca de dez escudos, todos os dias, para chegar à fábrica. Muitas delas, sobretudo no turno da noite, trazem, também, os filhos.

Sem salário há quatro meses, oitenta e cinco mulheres permanecem ali, na defesa do seu local de trabalho. O desespero começa a invadi-las. As autoridades nada fazem para a resolução do caso.

O patrão continua a passear pelas ruas do Funchal, perante a passividade das autoridades. Contudo, oitenta e cinco mulheres afirmam-se dispostas a continuar a luta, e reivindicam a satisfação dos seus direitos.

PATRÃO RECEBE SUBSÍDIOS E DESPEDE OPERÁRIOS

O patrão ameaçava, constantemente, os trabalhadores de despedimento. A Junta Governativa emprestou-lhe largos milhares de contos para pagamentos salariais. Apesar disso, o patrão fez «lock-out». Júlia Andrade contou-nos como foi:

— «O patrão estava sempre a prometer que ia fechar a porta. Mandava as encomendas de trabalho para trás. «Deu aviso» a todas as operárias e empregados (termo regional que significa despedir). A Junta Regional emprestou-lhe, da primeira vez, 600 contos, para

pagar salários, e mais 200 contos para material.

«Depois, recebeu mais 400 contos. Porém, ele continuava a manter o papel de aviso para que a Junta lhe desse mais dinheiro. Duas semanas antes de fechar a porta, recebeu mais de 600 contos para pagamento de subsídios».

Apesar dos empréstimos, os trabalhadores continuaram a não receber os salários. Quando o patrão fez «lock out» estava a dever aos trabalhadores um mês de salário e o subsídio de férias.

O boicote feito às encomendas foi-nos relatado pela Virgínia, outra das operárias desta fábrica: — «Ele é também dono de quatro bazares. Um em nome da «Arte Fina» e os outros em nome dos filhos. Mas, todos eles são fornecedores por esta fábrica. A determinada altura, mais ou menos há cerca de um ano, deixou de fornecer os bazares, sobretudo o da «Arte Fina». As moças dos bazares pediam-lhe o pagamento e ele dizia que não tinha, porque nós não queríamos trabalhar. Isto quando nós estávamos paradas dias inteiros porque nós não davam trabalho, apesar de o haver.»

ABRIR E FECHAR FÁBRICAS: A GRANDE NEGOCIAÇÃO

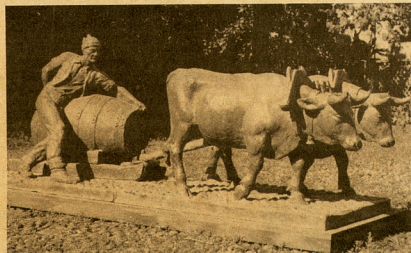
Já antes do 25 de Abril a família «Arte Fina» tinha fechado outra fábrica. Fechava uma e abria outra. Para além de explorador especializou-se em traficância de fábricas. Foi ainda Virgínia quem prosseguiu:

— «Ele fechava uma fábrica e abria outra por dois motivos: primeiro, porque, assim, os trabalhadores perdiam privilégios, quando reentrávamos tínhamos perdido todos os privilégios anteriores, era como se fôssemos pela primeira vez trabalhar; segundo, havia um fundo no grémio, chamado fundo corporativo, que os patrões levantavam quando acabavam a sua actividade na indústria. Já antes do 25 de Abril ele comprara o alvará de uma outra firma que pôs no nome de um dos seus familiares. Daqui, que ele já tivesse na manga o fechar

a firma. Mas, caiu o 25 de Abril e não teve tempo».

Logo após o 25 de Abril, as ameaças de despedimento passaram a ser constantes. Virgínia continuou:

— «Depois do 25 de Abril o patrão começou logo a dizer que não podia pagar, que não havia encomendas, etc. Quando conquistámos os 3300\$00, com efeitos retroactivos a partir de



Maio de 1975, aumentaram os problemas. A mulher do patrão começou a desistir do trabalho dizendo que os clientes não podiam pagar. Tínhamos que escolher: ou passávamos a trabalhar só quatro dias por semana, ou fechavam a firma. Então, a patroa exigiu que assinássemos um papel em como nos comprometíamos a trabalhar só quatro dias por semana. Nós recusámo-nos a assinar o papel. Ora, se nós já antes do 25 de Abril trabalhávamos três ou quatro dias e nunca tinha sido preciso assinar nada, porquê agora nos exigiram a assinatura? Segundo eles, porque não tinham confiança em nós.»

O patrão começou a pagar os salários com dois meses de atraso. Agora, Aliete relata-nos:

— «Houve algumas operárias que nem sequer receberam o subsídio e outras receberam apenas uma parte. No Natal, do ano passado, ainda não tínhamos recebido o mês de Novembro. Quería-nos dar 500\$00, mas ninguém recebeu, pois se aceitássemos nunca mais víamos o resto do dinheiro. Pressionado pelo Sindicato acabou por pagar o mês de Novembro e o subsídio de Natal. Só em Fevereiro, do ano

seguinte, recebemos o salário de Dezembro. Andava sempre atrasado dois meses. Isto enquanto ele continuava a receber empréstimos da Junta. Quando sobremos que a Junta lhe tinha dado 600 contos, decidimos não receber mais dinheiro aos poucos. Exigimos o pagamento dos salários por inteiro. Foi nesta altura que nos apareceram os quatro dias por

semana. Ou trabalhávamos quatro dias ou encerrava a firma. Não aceitámos os 4 dias e mantivemos a laboração. Ao fim de oito dias houve aviso de despedimento. Continuou, no entanto, a receber empréstimos mas não nos pagava.»

Após o 25 de Abril estas trabalhadoras conquistaram um CCT.

Até então existia um contrato que permitia trabalhar apenas três dias por semana. O novo CCT garantia os seis dias de trabalho semanal. Disto, o patrão não gostava. Por isso, exigia que as trabalhadoras assinassem os quatro dias. Mas, estas recusaram-se sempre a assinar.»

PATRÃO FAZ «LOCK-OUT» OPERÁRIAS OCUPAM A FÁBRICA

No dia 10 de Julho o patrão encerrou a fábrica.

— «Um dia antes de fechar — disse, ainda, Júlia Andrade — mandou o empregado fazer as folhas de pagamento, mas não pagou. Por outro lado, dias antes de fechar, chamou a Comissão Sindical e disse-nos para irmos

todos de férias. Respondemos que todas não íamos, e que queríamos o dinheiro das férias. Disse que pagaria, mas, no dia 10, fechou a fábrica, tendo levado peças de tecidos e os livros de contabilidade. Então, ocupámos a fábrica e aqui estamos.»

Várias foram já as tentativas feitas junto das autoridades para a resolução do caso. Mas nada... — «Temos ido à Junta Governativa — prosseguiu Júlia Andrade — mas não dá despacho. A Delegação de Trabalho, a mesma coisa. Fizemos uma manifestação e dirigimo-nos ao Palácio de S. Lourenço. Aquí fomos recebidas pelo governador da região militar que disse não saber nada do que se passava. Nós perguntámos-lhe se não lia os jornais. O governo de Lisboa também não resolve nada. Neste momento, há uma Comissão de Inquérito nomeada pela Junta Governativa que deveria ter apresentado, até ao dia 21 de Setembro, o inquérito ao Governo. Até agora continuamos à espera da resolução governamental.»

A solidariedade entre trabalhadoras não era palavra vã. A manifestação promovida por estas trabalhadoras contou com o apoio de várias comissões de trabalhadores, comissões sindicais, comissões de moradores, delegados sindicais e sindicatos. Uma cooperativa de consumo também se solidarizou. Outro modo. Abriu um crédito para todos os trabalhadores da «Arte Fina» no valor de cinquenta contos.

Quando a fábrica laborava, as condições de trabalho eram péssimas. As trabalhadoras não podiam ir à casa de banho. Não podiam comer, nem falar. Se a encarregada visse alguma «transgressão» a suspensão era o castigo.

Ávelina Cambra disse-nos quase a finalizar:

— «Os outros patrões estão à espera que percamos esta luta, para depois, pedirmos fazer o mesmo». Esta operária trabalha na empresa há 44 anos. «Nós queremos é isto resolvido. Ou somos despedidas ou continuamos a trabalhar. Assim é que não é nada.»

Apesar do desespero, estas mulheres resistem há quatro meses. Todos os dias lá se encontram. Porta aberta, sem cobertores, oitenta e cinco mulheres lutam pelos seus direitos. Elas exigem das autoridades competentes a resolução do seu caso. Exigem justiça. Lutam pelo direito ao trabalho.

REUNIÃO DA PREVIDÊNCIA

O Departamento de Segurança Social da Interministerial Nacional resolveu adiar para os próximos dias 4 e 5 de Dezembro a reunião desse sector, inicialmente marcada para o dia 27 de Novembro. Esta decisão foi tomada tendo em conta a realização da concentração no Estádio 1.º de Maio no mesmo dia 27 de Novembro.

A referida reunião terá lugar, pois, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas — na Rua da Junqueira, n.º 86, em Lisboa nos dias 4 e 5 de Dezembro, com início às 10 horas da manhã.

A REFORMA AGRÁRIA É DE TODOS. TODOS, DEVEMOS DEFENDÊ-LA



A Reforma Agrária sofre o maior ataque desencadeado pelas forças da reacção, do capital, do latifúndio, depois do 25 de Abril.

Nunca, até agora, os inimigos de classe dos trabalhadores, tiveram o arrojo de erguer tão alto a sua cerviz. Para tanto recorreram aos processos mais vis: de uma calúnia, da distorção dos factos, passando pela provocação directa de elementos afectos às organizações de classe dos trabalhadores (Sindicatos), culminando com a conivência do aparelho de Estado, do Governo, no desrespeito, puro e simples, da Lei.

A Reforma Agrária corre perigo. No entanto, esta ofensiva das forças reacçãoárias não visa, exclusivamente, destruir o processo de alteração das relações de produção nos campos. Pretendem os inimigos das classes trabalhadoras, da Revolução portuguesa, reconquistar os mesmos privilégios de classe exploradora que mantinham à data do 25 de Abril de 1974. Pretendem que, de novo, o Povo seja subjugado, pela fome, pela miséria, pela repressão, pelo fascismo.

Os nossos inimigos sabem que, apropriando-se novamente das UCP e Cooperativas Agrícolas de Produção, até agora a produzir exemplarmente sob a orientação dos assalariados rurais, do proletariado rural, poderá conseguir a recuperação de todas as outras grandes conquistas da revolução portuguesa: o controlo operário e as nacionalizações.

Assistimos, então, à ofensiva desencadeada, em primeiro lugar, contra a Reforma Agrária, «baseada» no pressuposto de «reserva», cavado de batalha utilizado pelos agrários para, legalmente, se infiltrarem nas organizações dos trabalhadores e, desde aí, procurarem destruí-las, sabotando (de novo), apropriando-se dos meios de produção adquiridos pelos trabalhadores, gerando o desemprego e o mais que a sanha reacçãoária, a impunidade, lhes permitia.

Assim que, no passado dia 18, o Governo para recorrer à intervenção de forças da GNR para pressionar e intimidar os trabalhadores da Herdade da Lobata, integrada na UCP «Margem Esquerda», com vista a fazer entrega dessa herdade a um agrário, um explorador dos homens, um inimigo declarado dos trabalhadores.

As primeiras acções do agrário João Maria Palma Cano, são disto bem comprovativas: despediu os trabalhadores da Lobata, lançou os porcos da herdade para as zonas onde a gramínea para semente estava plantada, para que estes a devorassem. Para já aqui temos dois exemplos de sabotagem económica.

A ENGENHARIA REACCIÓNÁRIA

Esta ofensiva reacçãoária contra a Reforma Agrária tem, desde logo, o beneplácito de quase todos os agrários. Ascendem a mais de 2000 os pedidos de concessão do direito de «reserva», fazendo no total, 1 milhão de hectares.

Não esqueçamos que, de momento, o total da área expropriada corresponde a cerca de 1140800 hectares...

O que é que isto pode significar? Pelo menos que os agrários, de momento a ponta de lança da reacção, pretendem, através do mais que contestável «direito de reserva», apropriar-se das terras, legalmente atribuídas e laboradas pelos trabalhadores agrícolas.

Como puderam os agrários atingir este objectivo?

Por um lado, com a conivência de sectores do aparelho de Estado que, através de uma actuação verdadeiramente escandalosa, utilizaram todos os meios para, junto à opinião pública, desacreditarem todo o processo da Reforma Agrária; o esforço dos trabalhadores e as grandes conquistas por estes alcançadas. Referimo-nos objectivamente, à RTP, RDP e jornais reacçãoários (estabilizados ou não), bem assim como, por exemplo, as resenhas pelo Instituto dos Cereais e de alguns CRRA.



Nos órgãos de Comunicação Social, acima referidos, tornou-se evidente a preferência dada à cobertura de actividades promovidas por entidades objectivamente contra-revolucionárias (CAP, CIP e quejandos), preterindo uma informação honesta e objectiva que servisse as classes trabalhadoras, manipulando a seu bel-prazer a cobertura que eventualmente era dada às actividades promovidas pelos trabalhadores e/ou pelas suas organizações representativas.

Concretamente, esse tipo de «informação», servindo os interesses antinacionais do capital, foi preparando o terreno para o culminar da ofensiva contra a Reforma Agrária.

Já a actuação referente ao Instituto dos Cereais foi tendente a dificultar ao máximo a boa articulação e continuidade do processo produtivo nas áreas da Reforma Agrária. Como?

Desprezando os constantes alertas lançados pelos trabalhadores, pelas suas organizações de classe (sindicais

e políticas), o Instituto dos Cereais não foi capaz, ou não quis, criar as estruturas indispensáveis para o armazenamento em, perfeitíssimas condições, dos produtos da Reforma Agrária; que, conforme já foi amplamente denunciado pelos trabalhadores, a selecção e distribuição das sementes indispensáveis às novas colheitas, sofreu irregularidades de vária ordem que, em muito, contribuíram para o atraso e prejuízo das mesmas; que também, e apesar das tentativas de justificação do sr. ministro António Barreto, as larvas pudessem

instalar-se em silos do Instituto dos Cereais, fazendo perigar toneladas e toneladas de trigo.

«OBEDECER ÀS ORDENS»

Paralelamente, a actuação de responsáveis por alguns CRRA, prestando-se às mais variadas irregularidades, escamoteando os pareceres de Comissões de Análise que delataram por terra, de imediato, os pedidos de direito de «reserva» de muitos agrários, cometendo ilegalidades, na defesa dos interesses dos agrários, esses responsáveis, também, contribuíram, em muito, para esta escalada contra a Reforma Agrária. Casos flagrantes, representam os Srs. Apóstolo Godinho e Romana Martins do CRRA de Beja.

Não podemos deixar de acrescentar as tentativas promovidas pelos partidos reacçãoários, na Assembleia da República, com vista à suspensão da aplicação da Lei da Reforma Agrária. Nessa frente de luta, a proposta reacçãoária foi rejeitada pela aliança dos partidos de esquerda. A reacção foi derrotada. Não ficou todavia convencida.

Verificaram-se, entretanto, mais casos de ocupações de terras por forças da GNR, «obedecendo a ordens», no sentido de espoliar as UCP, e entregando essas parcelas de terreno aos agrários, em condições (a maior parte delas) de ilegalidade.

Estão nesta situação a herdade de Descarrais, da UCP «Luta dos Camponeses», em Ourique; a herdade da Cigana, da UCP «Terra de Catarina», que foi «cedida» ao agrário, mediante documento assinado pelo feitor (dito esquerdista); em Cuba, face à resistência dos trabalhadores, gorou-se a tentativa de devolução da herdade da Filibeira da UCP «Oleio Saralva de Carvalho»; na Salvada, os trabalhadores da «Terra do Pão» voltaram a trabalhar nos 90 hectares da sua UCP, depois de se terem visto ameaçados pelas armas da GNR.

Estes, alguns dos casos que, por certo, à data de saída do nosso jornal, já não serão mais do que a recordação para todos nós, de mais uma tentativa para instaurar neste País, de novo, a noite negra do fascismo. Recordação, porque?

Porque os trabalhadores estão organizados e unidos em torno da defesa das suas principais conquistas, porque os trabalhadores querem ver cumprida a Lei, e têm-na cumprido, porque os trabalhadores assumiram uma responsabilidade revolucionária e exemplar, votando no rumo à sociedade socialista, consignado na Constituição, onde não mais haja a exploração do homem pelo homem.

Por isso mesmo, e porque no ataque à Reforma Agrária se encontra consubstanciada a ofensiva generalizada contra a Revolução iniciada no 25 de Abril, desde logo, os trabalhadores promoveram movimentos de repúdio para com esta manobra que vai contra os seus interesses da economia nacional, da Revolução.

A REFORMA AGRÁRIA PROSSEGUIRÁ

Milhares de trabalhadores concentraram-se em plénários realizados em Beja, Évora e Portalegre, para denunciarem

e repudiarem «esta violenta ofensiva, desencadeada pelas forças de direita e reacçãoárias e que conta com apoios em certos ministérios e outros centros de decisão», que «visa, não só liquidar a Reforma Agrária, como ataca e põe em causa as liberdades democráticas, todas as conquistas da Revolução, a Constituição, o próprio regime democrático».

Nessas grandes concentrações, várias foram as intervenções e os apelos lançados, através de moções aprovadas por aclamação e unanimidade a demonstrar quanto é activa a unidade, a vigilância e a firmeza na defesa da maior conquista da nossa Revolução.

Os trabalhadores exigem que a Constituição, a Lei da Reforma Agrária e os compromissos assumidos pelas entidades governamentais sejam, integralmente, cumpridos. E, nesse sentido, naturalmente, exige-se do Governo que, conforme prometeu, faça cumprir a lei, expropriando os 500 mil hectares que devem ser expropriados e que respeite a autonomia das UCP e Cooperativas Agrícolas, bem como a Reforma Agrária no seu conjunto e as formas de organização livre e democraticamente escolhidas pelos trabalhadores e já provadas na prática.

Tendo ainda e sempre em conta o disposto na Lei (Dec-Lei 236-A/76), todas as reclamações de direito de reserva, devem ser analisadas, uma a uma, com a participação dos Sindicatos Agrícolas e dos trabalhadores, depois de feitas as expropriações e sem a presença das forças militarizadas.

Recordamos que o decreto-lei citado, determina nunca poder ser posta em causa a viabilidade económica das UCP e Cooperativas Agrícolas. Ora, o direito de «reserva», tal como se estava a tentar impor aos trabalhadores, era altamente lesivo da viabilidade económica das UCP e Cooperativas e, mais ainda: é altamente lesivo dos interesses nacionais.

É, pois, necessário que todo o povo português, os operários fabris, os empregados, os intelectuais, todos nós, através de moções, reuniões e assembleias, nos locais de trabalho e residência, manifestemos com firmeza o nosso apoio incondicional à Reforma Agrária, a nossa solidariedade revolucionária aos camaradas trabalhadores agrícolas, e exortemos a sua defesa e prosseguimento por parte de todos os órgãos de Poder.

A Reforma Agrária é de todos nós, trabalhadores. A nós compete cerrar fileiras, unidos na sua defesa. As manobras reacçãoárias não poderão passar incólumes, através da forte muralha que constituíremos.

A Reforma Agrária prosseguirá, para bem de todo o Povo, para alcançarmos o objectivo final da nossa Revolução. A sociedade justa e fraterna, onde a terra é daqueles que a trabalham e onde o pão não esteja ardeado das mesas dos trabalhadores.

Em frente pela Reforma Agrária.

TRABALHADORES RESPONDEM AO MINISTRO BARRETO E AO GOVERNO

Tem-se o Governo, e em especial o Ministério da Agricultura e Pescas, caracterizado nos últimos dias pela publicação de diversas notas oficiais, de conteúdo ilegal, mentiroso, provocatório e calunioso, para os trabalhadores e para a Reforma Agrária, usando uma linguagem que mais parece a linguagem dos fascistas da CAP do que a dum Governo que se diz socialista.

Na nota oficial publicada em 15 de Novembro de 1976, o Ministério da Agricultura e Pescas afirma que o Instituto dos Cereais arrecadou, de trigo, 600 mil toneladas, das 700 mil toneladas que estavam previstas, dando a entender que, afinal, os resultados da Reforma Agrária não seriam aqueles que os trabalhadores publicaram.

Contra esta insinuação os trabalhadores respondem que, segundo os números oficiais publicados pelo próprio Instituto Nacional de Estatística, a produção de cereais nos quatro distritos principais da Reforma Agrária (Beja, Évora, Portalegre e Setúbal), é de 748 300 toneladas, ou seja, mais cerca de 50% relativamente à média do último decénio.

Nos quatro distritos limítrofes (Castelo Branco, Santarém, Lisboa e Faro) a produção seria de 115 300 toneladas, ou seja, menos 15% do que a média do último decénio. Nos restantes distritos do País a produção foi de 70 000 toneladas, ou seja, menos 35% do que a média dos últimos dez anos.

Em resumo, em todo o País (Continente), a produção, segundo os próprios números oficiais, seria de 933 600 toneladas, isto é, mais 26% relativamente à média do último decénio, e isto mercê da produção obtida nos quatro distritos principais da Reforma Agrária onde, como se diz atrás, a produção aumentou cerca de 50%.

Por outro lado, os números apresentados pelo INE não merecem confiança aos trabalhadores. O Governo sabe muito bem que ainda existem armazenados largos milhares de toneladas de cereais que o Instituto dos Cereais não quis ou não teve capacidade para recolher. Só de cereais secundários calcula-se que estejam armazenados nas UCPs e pequenos e médios agricultores, mais de 200 mil toneladas, devido à incurrência e incompetência dos serviços oficiais.

Portanto, os trabalhadores reafirmam, com segurança e verdade, que os grandes resultados obtidos na produção de cereais e confirmam os números que anteriormente publicaram.

Noutra nota oficial publicada também no dia 15 de Novembro, os srs. António Barreto e Carlos Portas, falam em indemnizações aos agrários, na continuação das desocupações e, por último, falam também na concessão, denegação e entrega de reservas aos agrários.

Nem uma palavra para a expropriação dos 721 000 hectares que ainda faltam expropriar, nem para os 498 700 hectares que ainda se

encontram ilegalmente na posse dos agrários, com pontuações superiores à lei.

Afinal onde está o cumprimento da lei, de que tanto se fala?

Afinal onde estão as promessas do Governo de expropriar o que faltava expropriar?

Afinal quais são essas novas desocupações que, só agora, aparecem?

Os trabalhadores reafirmam a sua determinação de se oporem à marcação de reservas enquanto não for expropriado o que falta expropriar. A questão das reservas deve ser discutida depois, caso a caso, e de acordo com o que determina a lei.

Ainda noutra nota, publicada em 18 de Novembro de 1976, de tom agressivo e claramente provocatório, o Ministério da Agricultura e Pescas mais uma vez falta à verdade, ao afirmar que «está em curso uma campanha dirigida no sentido de não permitir que os trabalhadores rurais colham a azetona dos pequenos e médios agricultores na zona da Reforma Agrária» e ameaça com a intervenção da GNR, chegando ao cúmulo de apelar para a própria CAP. Pretende-se com isto atirar os pequenos agricultores contra os trabalhadores rurais das cooperativas agrícolas. Mas os factos dizem o contrário.



A verdade é que as UCPs têm sido as primeiras a pôr o seu pessoal à disposição, para ajudar os pequenos agricultores na apanha da azetona. A verdade é que, ainda recentemente, a Cooperativa «Paz e Progresso», de S. Sebastião da Giesteira, no distrito de Évora, através do Sindicato, pôs os seus trabalhadores à disposição da «Casa Agrícola Lucas Espada», para apanhar a azetona da Herdade da Cravosa e que esta empresa tem deixado abandonada. Este é um exemplo, entre tantos outros que se poderiam apontar.

Os trabalhadores afirmam a sua disposição de, tal como no passado, continuarem a apoiar os pequenos e médios agricultores em trabalho, na cedência de máquinas e em apoio

técnico, reforçando na prática, a aliança entre trabalhadores rurais e pequenos e médios agricultores.

Por último, na sua reunião do Porto, o Conselho de Ministros decidiu criar um Instituto de Gestão Fundiária para administrar as terras expropriadas decidida anular a lei que obrigava os agrários a empregar pessoal.

Com estas decisões o Governo pretende atacar a autonomia das Cooperativas e lançar milhares de trabalhadores no desemprego e na miséria.

Os trabalhadores denunciam mais esta tentativa de ingerência na vida dos UCPs e reafirmam a sua determinação de defenderem intransigentemente a autonomia das UCPs e Cooperativas Agrícolas e de lutar firmemente pelo direito ao trabalho, garantido na Constituição.

Esta parece ser a principal actividade do actual Ministério da Agricultura e Pescas. Em vez de se preocupar com o apoio efectivo à consolidação da Reforma Agrária, da democracia e das liberdades, a caminho do socialismo, como o obriga a Constituição, está empenhado, bem pelo contrário, em permitir e fomentar a recuperação dos grandes agrários e em mentir, provocar e caluniar os trabalhadores agrícolas.

Em poucos dias, o ministro António Barreto e o secretário de Estado, Carlos Portas, já deram provas de que pretendem fazer do Ministério da Agricultura e Pescas, um novo Ministério do Dr. Cardia, apoiando as posições das forças mais reacionárias.

Perante esta situação, os milhares de trabalhadores concentrados nesta manifestação declaram que estão na firme disposição de combater a política dos actuais responsáveis do Ministério da Agricultura e Pescas e manter o povo informado de verdade, sobre o que se passa na Reforma Agrária e apelar para a unidade de todos os trabalhadores e de todo o povo português na defesa de uma das grandes conquistas da nossa Revolução, que é a Reforma Agrária. Apela, ainda, para que os militares progressistas, em aliança com o povo trabalhador, defendam as conquistas do 25 de Abril, a democracia, as liberdades, as nacionalizações, o controlo operário, a Reforma Agrária.

(Texto da Moção aprovada por consenso na manifestação de 21 de Novembro de 1976, realizada em Évora)



EM TORNO DA REFORMA AGRÁRIA

CONHECER O PORTUGAL DESCONHECIDO

O sr. ministro da Agricultura e Pescas, António Barreto, afirmou aos representantes dos Sindicatos Agrícolas dos distritos da Reforma Agrária, com os quais manteve conversações no passado dia 22 de Novembro, que "mal conhecia o Alentejo"...

É claro que reconhecer as próprias falhas é bonito e de ter em conta. No entanto, tomar decisões tão importantes como reconhecer o direito de "reserva" aos agrários, sem conhecer as realidades da zona da Reforma Agrária é que já não é nada bonito.

Sobretudo se tivémos em conta que estas medidas são inconstitucionais e altamente lesivas dos interesses dos trabalhadores da sobrevivência ou viabilidade das UCPs e Cooperativas Agrícolas, que o mesmo é dizer, da Reforma Agrária.

Desconhecer o Alentejo, é uma coisa: está o sr. Ministro sempre a tempo de "conhecer o Portugal desconhecido".

Não pode alegar desconhecimento da causa dos trabalhadores, da causa socialista, do que está consignado na lei.

QUE OPÇÃO, SR. MINISTRO?

Desculpará V. Ex.ª, sr. ministro António Barreto, se nos fazemos eco do espanto dos trabalhadores quando consideramos muito estranho que o sr. Casqueiro, depois de ter reunido com V. Ex.ª, tenha declarado, (sem que nenhuma nota oficial o tenha desmentido) que as opções do sr. ministro eram coincidentes, em muitos pontos, em as da CAP.

Desculpará o sr. ministro se lhe lembramos que as opções da CAP são frontalmente opostas às opções e concepções dos trabalhadores agrícolas (e não só), a quem o sr. ministro garantiu que as expropriações serão feitas e que a lei será cumprida.

Que lei, afinal, pretende V. Ex.ª ver cumprida? Esperamos que seja a Lei da Reforma Agrária. Mas atenção: esta não está dentro das concepções da CAP!

RELEMBRANDO...

Primeiro foi a campanha de desocupações: os agrários, as suas organizações de classe, a reacção, dum maneira geral, reclamavam em atos brados, a devolução das terras que os trabalhadores, "legalmente", lhes tinham "roubado". Eram, no total 21 631 hectares.

Não vamos agora considerar da legalidade que assistia aos ditos agrários para fazer estas reclamações. Foi assueto rapidamente resolvido, com a colaboração dos próprios trabalhadores.

Depois, com o beneplácito do Governo, os agrários vêm dizer que afinal querem muito mais. É a ofensiva maior. Todos os agrários se lançam a reclamar o "direito de reserva". Assim, de repente, os 21 mil hectares crescem para 1 milhão...

Não vamos também considerar da legalidade, da inconstitucionalidade, desta nova campanha. Deixamos, tão só, no ar, os números.

E, já agora, acrescentamos: para quando a expropriação dos 721 mil hectares, nos distritos da Reforma Agrária?

"LEGALIDADES"

Um agrário (mais um) dispara contra trabalhadores. A GNR na sequência deste acontecimento carrega sobre os trabalhadores, a pé e a cavalo. O agrário põe-se em fuga. Mais tarde, a GNR vai buscar o agrário para o escollar, não para o prender.

O agrário é o Damião Félix, usuário e vezeiro neste tipo de "legalidades" cometidas, sempre, contra os trabalhadores. O Damião Félix é um amalhão do outro agrário: o da Herdade da Lobata, que expulsa (despede) trabalhadores e se apropria ilegalmente dos seus meios de produção.

A cena descrita passa-se, ao abrigo da "lei", em 25 de Novembro de 1976.

DEFENDER A REFORMA AGRÁRIA

Desde logo, se sucederam as manifestações de apoio para com a luta travada pelos trabalhadores alentejanos contra a política de entrega de terras aos agrários, sob o pretexto alegado do "direito de reserva".

Tornava-se exaustivo enumerar todas as moções, telegramas, e mensagens já recebidas e provenientes dos mais variados sectores profissionais do nosso País; por isso limitamo-nos a registar o facto.

Ele, só por si, é uma prova cabal de que todos os trabalhadores estão com a Reforma Agrária, que estão unidos e firmes na prossecução da sua defesa. É preciso que este movimento aumente, se expanda de Norte a Sul de Portugal.

Tu, camarada, que ainda não tiveste oportunidade de o fazer, manifesta, também, o teu apoio aos amigos trabalhadores alentejanos.

Unidos, organizados e vigilantes, venceremos. E a Reforma Agrária prosseguirá.

GRANDIOSA CONCENTRAÇÃO DE TRABALHADORES NO ESTÁDIO 1.º DE MAIO

Contra o congelamento da contratação colectiva, contra os despedimentos pelo direito ao trabalho, contra o 13.º mês em Títulos do Tesouro e pela defesa da Reforma Agrária, realizou-se no passado dia 28, uma grandiosa concentração no Estádio 1.º de Maio, em Lisboa, promovida pela Intersindical, União dos Sindicatos de Lisboa e Setúbal, CIL, CIS e pelos Secretariados das empresas intervencionadas e em autogestão.

Largas dezenas de milhares de trabalhadores corresponderam ao apelo lançado por aquelas organizações, demonstrando, mais uma vez, a sua unidade e vontade inabalável em defender e consolidar as conquistas até agora alcançadas. Por isso se gritaram as seguintes palavras de ordem: Avante, avante pela Reforma Agrária; Trabalho sim, despedimentos não; «Não comemos no Natal com salários de papel»; «Sabotagem da contratação não»; e «Os trabalhadores lutarão na defesa da Constituição». Para além dos numerosos Sindicatos que, nos últimos dias da semana passada, manifestaram a sua adesão incondicional à referida concentração, salientamos a presença de representação diversas empresas, Comissões de Trabalhadores e Delegados Sindicatos, nomeadamente a Sanimar, Siderurgia Nacional, Soda Póvoa e Associados, Covina Icesa, Cima, Cometa, Guérin, Joaquim Francisco dos Santos, Mague, Lisnave, Petrolgal, Arsenal do Alfeite, Utic, Heska Portuguesa, Epul, TAP, Coranco, Transtejo, diversos sectores profissionais da CUF, etc.

Pelas 16 horas encontrando-se no estádio encontrando-se cheio (bandeiras, pista de atletismo e campo) teve início um comício em que usaram da palavra representantes de algumas das mais importantes organizações dos trabalhadores portugueses.

Foi António Rosas, membro do Secretariado da Intersindical, quem primeiro se dirigiu aos manifestantes. Eis as suas declarações:

«A tentativa de recuperação do poder económico pelo capitalismo monopolista e latifundiário é uma realidade concreta a que se assiste com cada vez maior resistência.

«A impunidade dos terroristas, a libertação dos pídes, a reabilitação dos fascistas e o saneamento de democratas são prática corrente no dia-a-dia do nosso País.

«Esta situação resulta claramente do desenfreado ataque das forças reaccionárias e de direita na tentativa desesperada de obstarem à concretização das perspectivas de construção da nossa sociedade democrática rumo ao socialismo.

«É assim que os inimigos dos trabalhadores e os seus agentes ensaiam o desrespeito pela Constituição, a desestabilização político-social, o ataque aos órgãos militares do Poder, promovem o agravamento sistemático das nossas condições de vida e de trabalho, e pressionam, cada vez com maior êxito, o Governo,

obrigando-o à tomada de medidas cada vez mais impopulares e antioperárias.

«O imperialismo vai-se assenhoriando pouco a pouco das riquezas do nosso País pelo endividamento crescente que a administração tem usado como método para resolver problemas pontuais, sem prévia ponderação e estudo, que apenas serve para hipotecar e comprometer a Independência Nacional.

«No campo interno, ao mesmo tempo que a reacção levanta cabeça, assistimos ao crescer do descontentamento dos trabalhadores e do povo.

«Ao congelamento da contratação colectiva, que impede a revisão das condições de vida e de trabalho da quase totalidade dos sectores profissionais, sucede o permanente aumento do custo de vida, a expansão da influência dos intermediários, o açambarcamento e a proliferação no mercado negro.

«A liberalização dos despedimentos, atentatória do direito ao trabalho e à segurança no trabalho, decretada pelo Governo nas condições mais desfavoráveis para os trabalhadores, constitui uma nitida cedência ao capitalismo interno e ao imperialismo.

«A Reforma Agrária, uma das conquistas fundamentais dos trabalhadores agrícolas e do campesinato na zona do grande latifúndio, e de todo o povo português em vez de ser

protegida e acarinhada, incentivada e estimulada, é antes caluniada e combatida com armas que vão desde a propaganda falsa à intervenção policial, do empolamento dos erros ínfimos à omissão dos grandes êxitos reais, do não cumprimento de promessas de expropriações e da lei ao seu atropelo e à tentativa de criação de condições que tornem difícil a sua prossecução, pondo-se em marcha o processo de restituição de reservas ilegítimas e extermopneas, impeditivo, em muitos casos, de proceder a novas sementeiras.

UNIDADE NA

«Ainda no campo das cedências à recuperação capitalista desencadeia-se o processo das indemnizações aos capitalistas e latifundiários recorrente-se, para isso, ao expediente da poupança forçada que atinge essencialmente rendimentos provenientes do trabalho.

«É assim que o Governo vem contraindo cada vez maiores responsabilidades no descontentamento geral, numa demonstração inequívoca de incapacidade de resolução dos

problemas reais do País e da recuperação económica, no quadro imposto pela Constituição.

«No campo específico da organização de classe dos trabalhadores sucedem-se os ataques ao Movimento Sindical. Revogam-se procedimentos que constituem conquista dos Sindicatos portugueses. O encargo da cobrança e entrega das cotizações é cometido às organizações sindicais e retirado aos empresários, com o fim de não só melhorar as condições destes como ainda de obrigar à criação de dispêndiosos e difíceis mecanismos burocráticos de dispêndiosos e difíceis mecanismos burocráticos para entranquear e tentar definir o poderoso Movimento Sindical, que dia-a-dia, se vem tomando, aos olhos dos nossos inimigos, como a nossa principal força.

«Camaradas, é esta, pois, a situação concreta com que nos debatemos. O grandioso comício em que todos estamos participando constitui uma poderosa manifestação da nossa força e determinação em

determinação levarão à nossa vitória, ao triunfo dos trabalhadores levarão à nossa vitória, ao triunfo dos trabalhadores na luta contra a exploração, contra a recuperação capitalista da economia e pela construção de uma sociedade sem exploração do homem pelo homem — a Sociedade Socialista.

«Não ao Congelamento da Contratação Colectiva.

«Não ao 13.º Mês em Títulos do Tesouro.

«Não aos Despedimentos.

«Avante pela Reforma Agrária.

«Viva a Unidade de Todos os Trabalhadores.

«Unidos e Organizados Venceremos.»

Durante a alocução seguinte, proferida pela camarada Rosalina Brito, da União dos Sindicatos de Setúbal, em dada altura foi feita a pergunta:

«Por que razão não se obrigaram os capitalistas a trocar por títulos do Tesouro os lucros que não sejam investidos? Por que razão não se obrigam a trocar por títulos do Tesouro partes dos gran-



defendernos e prosseguirmos as conquistas do 25 de Abril.

«As autoridades do nosso país daqui lhes dizemos que estamos dispostos a todos os esforços, que seremos capazes de suportar as maiores sacrifícios, mas apenas na medida de que a recuperação económica só poderá ser obtida com a participação activa dos trabalhadores, com a consolidação das conquistas fundamentais já alcançadas e o rigoroso cumprimento da Constituição.

«Camaradas, nos dias que atravessamos a análise e discussão permanentes dos problemas que nos dizem respeito, a nossa vigilância, a nossa mobilização e a nossa firmeza têm de ser mantidas.

«A participação activa nos trabalhos do Congresso de todos os Sindicatos constitui uma tarefa fundamental de todos os trabalhadores, com vista ao reforço da nossa organização e ao aprofundamento e alargamento da unidade de todos os trabalhadores e à sua união com os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, vítimas, eles como nós, da exploração capitalista.

«Camaradas, é com uma palavra de confiança que vamos terminar.

«A nossa persistência, a nossa razão, a nossa unidade e a nossa

des arrendamentos?

Referindo-se ainda à questão dos títulos do Tesouro, Rosalina Brito declarou em dado momento: «O Governo, arbitrariamente, e sem qualquer espécie de consulta aos trabalhadores, decidiu que seriam estes a pagar a recuperação capitalista. Com efeito, obrigando-nos à poupança forçada, o Governo, em contrapartida, prepara-se para pagar aos grandes agrários e capitalistas as indemnizações que estes vêm reclamando em altos gritos, e que atingem muitos milhões de contos».

Após ter lembrado que a crise económica que se verifica se deve em larga medida à sabotagem dos capitalistas que abandonaram o nosso país, a mesma camarada salientou: «Estamos dispostos a trabalhar, a fazer sacrifícios, na perspectiva de uma economia não capitalista, com vista à construção de uma sociedade mais justa a caminho do socialismo».

José Manuel Pereira, representando a Federação Nacional dos Metalúrgicos, por seu turno, debruçou-se sobre o congelamento da Contratação Colectiva. A propósito, começou por lembrar:

«Cerca de 30 Contratos Colectivos Verticais encontram-se boicotados pelo patronato reaccionário da CIP

e da CAP que, atentam contra os trabalhadores, de Londres o Ministério seu. Um milhão de trabalhadores agregados fazem seus interesses e o avanço do capital, da Contratos de Trabalho, o que traduz, no que salários.

«E o que é do Trabalho? Trabalho qual permite o «locos despedimentos avaisa com o as manobras e o avanço passado. Por responsável pelo

«Hoje, como meses, os Contratos Civis Metalúrgicos Químicos, Cerâmicos, e Tapacaria Alimentar, Lanifícios, Hoteleira, Panificação, Fabricantes de Garagens Importadores de Vinhos, Mercado Electrónico, Construção, e de Têxteis, Betão

vão à nossa
riunfo dos
vão à nossa
riunfo dos
a luta contra
o, contra
capitalista da
construção de
em exploração
elo homem
capitalista.
gelamento da
cliva.
ões em Títulos
adimentos.
forma Agrária.
e de Todos os
nizados Ven-

ção seguinte,
a camarada
da União dos
tubal, em dada
a pergunta:
o se obrigaram
ocar por títulos
quos que, ao
Por que não
trocar por titu-
lantes dos gran-

os?
e da CAP que, descaradamente,
atentam contra as conquistas dos
trabalhadores, como se na Praça
de Londres contassem ter
o Ministério seu.
Um milhão e meio de
trabalhadores e respectivos
agregados familiares, têm os
seus interesses prejudicados
e sofrem o boicote, pelas forças
do capital, da negociação dos
Contratos Colectivos de
Trabalho, o que na prática se
traduz, no congelamento de
salários.
«E o que é que faz o Ministério
do Trabalho? O Ministério do
Trabalho cala e consente,
permite o «lock-out», justa os
despedimentos sem qualquer
avaliação, com o silêncio cúmplice
das mãos obras criminosas e
o avanço das forças do
passado. Portanto, é também
responsável por esta situação!

«Hoje, como desde há longos
meses, os trabalhadores da
Construção Civil e das Madeiras,
Metalúrgicos, Rodoviários,
Químicos, Cerâmicos, Têxteis,
Malhas, Corderias e
Tapeçarias, Indústria
Alimentar, Lanifícios e Vestuário,
Hotelaria, Panificação, Gráficos,
Fabricantes de Material Eléctrico,
Garagens, Moagens,
Importadores e Armazenistas de
Vinhos, Mercarias, Material
Eléctrico, Materiais de
Construção, Papel, Grossistas
de Têxteis, Bebidas, Lactínicos,



trabalho de acordo com os
interesses dos trabalhadores,
e bater-se-ão ainda pela
aprovação da proposta de lei da
Contratação Colectiva elaborada
pelo Movimento Sindical, que
acautela os interesses mais
legítimos dos trabalhadores».

Por fim, Teixeira Vaz, da CIL,
após ter analisado
detalhadamente os
despedimentos que o patronato
tem levado a cabo sem que
o Governo assumia uma posição
em defesa dos trabalhadores,
concluiu: «Mais do que nunca,
aos órgãos do poder é exigida
uma clarificação da política
a seguir. Ou se acredita na
iniciativa criadora das massas
trabalhadoras, transformando as
suas potencialidades produtivas
em riqueza nacional ao serviço
desses trabalhadores e do nosso
povo, ou se entrega a iniciativa ao
grande patronato que conduzirá
a nossa economia para seu
proveito próprio, com o regresso
da repressão, aumentando os
despedimentos com desprezo
pela Constituição e criando as
condições, a curto prazo, para
uma nova ditadura. (...) Não
queremos voltar ao passado, não
queremos despedimentos ou que
nos neguem o direito
fundamental e constitucional de
ganhar o nosso pão, produzindo.
Esta concentração é uma clara
afirmação das nossas
pretensões».

OS TRABALHADORES DECIDEM:

— Apelar todos os trabalhadores em luta contra o patronato pelos seus
Contratos Colectivos, e no prosseguimento firme do seu combate
responsável, na defesa das conquistas alcançadas, na manutenção do
poder de compra face à alta dos preços e na justa melhoria das condições
de vida.

— Reclamar que o Governo e o Ministério do Trabalho adoptem enérgicas
medidas para levantar o congelamento de facto à Contratação Colectiva,
reprimir o boicote patronal a negociações com os Sindicatos e a obrigar
o patronato a satisfazer as justas reivindicações dos trabalhadores.

— Exigir do Governo e aos restantes órgãos do Poder, a revogação
imediata do Decreto-Lei n.º 164-A/76 e lutar para que seja aprovado, no
essencial, o projecto lei sobre a Contratação Colectiva, elaborado pelo
Movimento Sindical e já entregue na Assembleia da República.

— Exigir o cumprimento da Constituição, e para tanto, que não sejam
promulgados ou sejam revogados, os decretos-leis do Governo que violem
o direito ao trabalho e a segurança no emprego, mantendo em vigor as leis
protecionistas publicadas depois do 25 de Abril de forma a reconhecer que
os Contratos Colectivos possam proteger de maneira eficaz os
trabalhadores contra os despedimentos.

— Denunciar a vaga de despedimentos em curso, e a repressão patronal
sobre destacados dirigentes e outros quadros sindicais e operários,
e reclamar que o Governo e outros órgãos do Poder ponham termo
à repressão, obriguem o patronato a cumprir a lei a exemplo além, disso,
uma política de desenvolvimento económico que, a adopto de realização
histórica da Reforma Agrária, permita alargar o número de postos de
trabalho e aumentar a produção.

— Lutar pela Unidade do Movimento Sindical e dos trabalhadores e todos
os níveis, denunciando as manobras divisionalistas exigindo o fim de todas
as formas de ingerência na Organização Sindical e da política do facto
consumado de alterações à Lei Sindical antes da realização do Congresso
de Todos os Sindicatos e reclamando a não promulgação do decreto sobre
a quotização sindical.

— Exigir o pagamento integral do 13.º mês em dinheiro para todos os
trabalhadores.

— Apontar aos órgãos do Poder, em alternativa concreta e construtiva,
a necessidade de no quadro de um verdadeiro processo de reconversão
e reanimação da economia nacional, ser elaborado um verdadeiro Plano
Global de Austeridade atingindo principalmente os que mais possuem,
nomeadamente fazendo recuar a poupança forçada sobre: as mais valias;
os lucros de empresas industriais e comerciais não investidos; os
rendimentos de prédios urbanos superiores a determinados montantes; as
cauções de rendas de casas que ultrapassem a importância indispensável
para assegurar o nível de vida condigno aos pequenos e médios
proprietários de prédios de rendimento, etc.

— Exigir a participação determinante e organizada dos trabalhadores na
elaboração das leis do trabalho e a revogação de todas as leis antioperárias
e contrárias à Constituição.

— Proclamar uma vez mais que os trabalhadores portugueses retomando
a sua firme determinação e unidade na resistência à recuperação
capitalista e agrária e na defesa dos seus direitos e conquistas, estão
vivamente interessados no progresso e desenvolvimento da economia
nacional; estão dispostos a todos os esforços para contribuir
decisivamente para que as graves dificuldades económicas e financeiras
do País sejam vencidas; e estão activamente empenhados em evitar a
degradação da situação económica e social e a estabilidade política com
que as forças reacçãoárias contam para melhor liquidar a democracia
portuguesa.

— Afirmar que os trabalhadores portugueses, na base do respeito das
conquistas populares e das transformações revolucionárias já realizadas,
do respeito dos seus direitos e dos seus interesses de todo o Povo
português, e com o objectivo de assegurar a melhoria das condições de
vida da população e do progresso e desenvolvimento do País, estão
dispostos a discutir e a cooperar com os órgãos do Poder na definição
e execução de uma política económica e social progressista que
corresponda aos interesses e aspirações populares, aos interesses de
Portugal Democrático e ao caminho do Socialismo.

— Salientar que, só com a participação, o apoio, a mobilização das
energias e da capacidade criadora dos trabalhadores, será possível
assegurar uma vida melhor para os Portugueses, consolidar a Democracia,
prosseguir no caminho do Socialismo, garantir o triunfo definitivo da
Revolução Portuguesa, obra histórica do Povo Trabalhador e dos Militares
patriotas.

— Apelar para todos os órgãos do Poder para que façam cumprir
a Constituição, assumindo as responsabilidades perante o Povo
português.

— Apoiar a Assembleia da República, a Comissão Constitucional,
o Conselho da Revolução e o Presidente da República em todas as medidas
que, como é urgente, venham a tomar, dentro da Constituição, com
o objectivo patriótico de defender o regime democrático, rumo ao
Socialismo.

UNIDADE NA ACÇÃO — A FORÇA DOS TRABALHADORES

pelo direito ao trabalho pela
defesa intransigente da Reforma
Agrária, em reuniões
e assembleias nos locais de
trabalho e de residência,
esclarecendo e exigindo
o respeito pela legislação e pela
Constituição, o prosseguimento
do processo revolucionário rumo
ao socialismo e a definitiva
derrota das forças reacçãoárias
que ameaçam com a volta do
fascismo».

A segunda moção, dada a sua
importância, transcrevêmo-la na
íntegra noutra local desta mesma
reportagem.

Finalmente, os trabalhadores
presentes, saíram a uma
calorosamente todos os
estudantes portugueses que,
neste momento, se encontram
em luta contra a política
desastrosa dos principais
dirigentes do MEIC.

NA ACÇÃO

Casas de Saúde, Ensino
Particular, Empregados
Forenses, etc., sofrem as
consequências do boicote que
é aplicado à Contratação
Colectiva.

«Mas se já hoje, amplas
camadas de trabalhadores se
debatem com o impasse das
negociações e sofrem na pele as
suas consequências, em breve,
muitos outros trabalhadores
cujos Contratos Colectivos ou
propostas de revisão se
encontram em preparação,
podirão vir a defrontar os
mesmos problemas.
«Nestas circunstâncias
encontram-se os Corticeiros,
Ópticos, Profissionais de Cinema,
Electricidade, EPAL, Carris,
Metro, Indústria e Comércio
Farmacéuticos, CTT, TLP, TAP,
etc.»

A terminar a sua intervenção,
José Pereira afirmou: «O
Governo não poderá adiar por
mais tempo esta opção
fundamental, nem persistir na
política de recuperação
capitalista a nível da Contratação
Colectiva, de que os
trabalhadores sofrem
pesadamente as consequências.
Os trabalhadores exigem
respeito pela Constituição
e bater-se-ão pela revogação do
Decreto-Lei 164-A/76 que retira
ao Ministério do Trabalho
poderes de intervenção para
impôr a regulamentação do

No decorrer desta grandiosa
concentração foram aprovadas
duas moções. A primeira delas
refere-se à Reforma Agrária que
após, entre outras coisas,
considerar «que o Governo não
tem feito respeitar a Constituição,
as Leis da Reforma Agrária nem
os próprios compromissos
assumidos pelo ministro da
Agricultura, exige:

«Que o Governo prossiga com
as expropriações, cumprindo
e fazendo cumprir as leis
conquistadas pelo povo
português em estreita aliança
com o MFA, obrigando os
organismos que o representam
ao exacto cumprimento, sem
omissões nem arbitrariedades,
das funções que lhes foram
confiadas e pelas quais são
pagos com dinheiro do Povo
Português;

«Afirmar a sua inequestrável
disposição de prosseguir a luta
pela Reforma Agrária até às
últimas consequências, não
permitindo que as negras forças
reacçãoárias utilizem
como instrumento os órgãos do
Estado que, em lugar de cumprir
a Constituição, põem em perigo
o trabalho e a produção do nosso
país;

«Apelar para a solidariedade
activa de todos os operários,
empregados intelectuais,
estudantes, de todo o Povo
português, na luta que neste
momento se trava no Alentejo,

ENCONTRO REGIONAL DA JUVENTUDE TRABALHADORA

A JUVENTUDE NO MOVIMENTO SINDICAL

«O êxito da importância deste nosso Encontro não surge somente pela grande movimentação e campanhas de esclarecimento que se levou a dezenas de empresas e a milhares de jovens. A par disto, é a oportunidade que iremos ter de aqui, ao vivo, analisarmos e discutirmos todos os problemas, todas as reivindicações e aspirações mais sentidas pela juventude trabalhadora» — afirmou João Silva na sessão de abertura do Encontro Regional da Juventude Trabalhadora. Este Encontro, que visa a contar com a participação de cerca de 600 jovens trabalhadores, decorreu no, passado dia 28, nas instalações do Instituto Superior Técnico.

Os participantes distribuíram-se por quatro secções tendo-se debruçado sobre os seguintes temas: «A Juventude e o Movimento Sindical»; «A Juventude na Empresa»; «A Juventude Trabalhadora e a Ocupação dos Tempos Livres» e «O Trabalhador-Estudante». A discussão gerada em torno destes quatro temas teve como objectivos e segundo palavras de João Silva: o aumento da participação da juventude no Movimento Sindical, defesa dos interesses específicos da juventude trabalhadora e a sua participação activa e organizada; preparação do Congresso de Todos os Sindicatos e, ainda, o encontrar de «saídas e respostas» para os problemas que neste momento afectam a juventude trabalhadora.

Dentre estes problemas, destacamos: os decretos que estipulam o salário mínimo aos vinte anos; o desemprego; o agravamento das condições de vida motivado pelo aumento vertiginoso do custo de vida; falta de centros de formação profissional onde jovens possam fazer a sua aprendizagem; a não existência de grupos, instalações nas empresas para a prática desportiva e actividades culturais; o recente saneamento de homens progressistas do FAOJ e da DGD.

Como viria ainda a afirmar João Silva, referindo-se à importância do Encontro: «Ele ficará a assinalar um marco importante na luta da juventude trabalhadora contra a exploração capitalista, pela defesa dos direitos e interesses específicos, pelo reforço do movimento sindical unitário. Será um contributo decisivo para o desenvolvimento de um forte movimento juvenil unitário em Portugal».

O Encontro foi antecedido por um grande trabalho de dinamização e esclarecimento, tendo-se saldado por: 132 plenários de empresas de diversos ramos de actividades, onde foram eleitos 635 delegados ao

Encontro; 17 plenários de zona nos quais foram eleitos 122 delegados; várias reuniões de escola com eleição de 137 delegados e assembleias sindicais onde se elegeram 90 delegados. Assim, o total de delegados eleitos foi de 1100 distribuídos da seguinte forma: 706 jovens operários; 355 jovens trabalhadores de serviços. Na totalidade 790 rapazes e 211 raparigas.

participa activamente nessas jornadas e organiza o MJT (Movimento da Juventude Trabalhadora).

Consciente da importância da juventude, da sua grande combatividade, energia e abnegação, Salazar tentou criar organizações juvenis que alienassem os jovens para o fascismo.

A famigerada Mocidade

população, a jovem e a mulher ainda não têm uma participação efectiva nas suas organizações de classe na mesma proporção em que contribuem para a produção e para a manutenção da sociedade.

Além destes factores objectivos que contribuem para este estado de coisas (percentagem feminina na população activa; carência de estruturas sociais, etc.) há factores subjectivos (machismo, educação

fábricas; a propagação da pornografia pela imagem, pelo cinema e pela pseudo-literatura, a apologia da violência, do crime da guerra, etc.). Assim, apela-se para que: «através dos organismos próprios, integrados nas organizações de classe dos trabalhadores, os jovens podem combater eficazmente a influência de reacção e participar activamente nas reacções de defesa da democracia e da construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados».

Salienando em seguida o papel desenvolvido pelo Departamento da Juventude da Intersindical Nacional, aponta para as diversas formas de organização dos jovens trabalhadores e as actividades a desenvolver por cada uma das estruturas formadas:

«Formas de organização: os jovens devem-se organizar no seu sindicato, constituindo uma comissão de juventude; sempre que no plano de cada distrito o avanço deste trabalho o permita, deverão fazer-se reuniões regulares nas uniões com jovens destacados de cada comissão de juventude formando assim um departamento de jovens cuja tarefa é a de coordenação de trabalho, o mesmo se deverá fazer no plano regional e nacional; as comissões de juventude dos sindicatos deverão trabalhar para que no plano de cada empresa se formem comissões de juventude com as quais deverão manter ligação».

Por seu turno, as actividades a desenvolver por cada uma destas estruturas, são as seguintes: o estudo das questões específicas da juventude trabalhadora; a promoção da sindicalização dos jovens a partir da idade em que começam a trabalhar; a participação dos jovens na elaboração e discussão dos CCT, a introdução nos CCT das reivindicações específicas da juventude trabalhadora (formação profissional, horas para estudo, férias de exame, etc.); integrando-se assim na luta geral dos trabalhadores; a promoção de iniciativas de âmbito sectorial, regional, distrital ou nacional com vista ao alargamento da participação dos jovens no movimento sindical, etc., são temas que devem merecer de todos os jovens uma análise profunda e ampla discussão; a promoção da formação de jovens militantes sindicais; a incentivação à eleição de jovens para as estruturas do movimento sindical; a promoção da formação profissional dos jovens; a mobilização dos jovens, que através de iniciativas culturais ou recreativas; a organização e aproveitamento dos tempos livres.



Após a sessão de abertura iniciaram-se, de imediato, os trabalhos nas secções.

A JUVENTUDE NO MOVIMENTO SINDICAL

Um dos temas abordados pelos jovens trabalhadores foi: «A Juventude no Movimento Sindical». Na tese, que viria a ser aprovada, afirma-se: «A juventude tem uma importante tradição de luta contra a exploração capitalista e, durante o regime fascista contra a ditadura. No período da 1.ª República, no início da década de 20, existiu no movimento sindical a Juventude Sindicalista. Mais tarde, no final da 2.ª Guerra Mundial, a juventude organiza uma importante estrutura, o MUD Juvenil».

No final do regime fascista, em torno das lutas democráticas para as eleições de 1969, a juventude

Portuguesa, fez a sua aparição com actividades de tipo paramilitar. Constatando que a juventude não aceitava os veredictos da sua própria exploração, o regime orientou a Mocidade Portuguesa para as escolas e obrigou a sua frequência. A juventude trabalhadora nunca aderiu à Mocidade Portuguesa cuja farda e hino desprezava.

O papel desempenhado pelos jovens católicos na luta contra a exploração capitalista foi, também, sublinhado.

A dupla exploração a que a jovem trabalhadora está sujeita foi ainda considerada: «Em todo este processo e acusando sempre a grande exploração de que é vítima, a jovem, a mulher trabalhadora, teve uma menor representação nestas organizações, facto que está em contradição com o lugar que ocupa na economia e na sociedade.

Sendo mais de metade da

familiar, tradição cultural retrógrada, etc.), que constituem obstáculos à participação da jovem e da mulher nas suas organizações de classe.

Acreditar que o lugar da mulher é unicamente em casa e que lhe compete exclusivamente as tarefas de lavar a louça, a roupa, etc., é impedir, de facto a sua participação na transformação da sociedade».

O texto lido, após se referir, que «com o 25 de Abril, os jovens vêm reconhecido na lei o seu direito de participarem na vida política da nação e conquistam o direito de voto a partir dos 18 anos» e daqui a consequente importância que tem a formação cultural, ideológica e política da juventude e o papel fundamental que cabe às suas organizações de classe», chama a atenção para o facto de a reacção procurar por todos os meios corromper a juventude «através de meios subits: a propagação da droga pelas escolas, pelos bairros e pelas

Estas, e
tese s
e o Mov
a ser a
alteraç
modifica
apresenta

A JU

Tendo
«ao derr
trouve a
Portugu
organizar,
pelos seu
assim, po
se organiza
seus direi
hoje sido
importante
então, «
em «rel
trabalhad
contam-
obrigados
anos o
desenvolv
e físico
desenvolv
que os a
o princí
a trabalh
serem o
condições
o que hes
marcam
existência
profission
fazer a
difícil
emprego
emprego
não têm,
o u s u
e corres
ordenado

Os jo
participa
Encontr
medidas
condições
trabalhad
tocante
e catego
sociais;
seguran
trabalho
moção, á
final dos
sintetiza
jovens no
Passan
na integr
«Jove
Distritos
reunidos
Superior
REGIONAL



Estas, as partes mais salientes da tese sobre «A Juventude e o Movimento Sindical», que viria a ser aprovada com algumas alterações, mas, que no fundo, não modificaram o espírito da tese apresentada para discussão.

A JUVENTUDE NA EMPRESA

Tendo em conta que o 25 de Abril «ao derrubar o regime fascista, trouxe à juventude e ao povo português liberdade para se organizar, para se associar, em luta pelos seus direitos» e que «houve, assim, possibilidades de a juventude se organizar livremente em luta pelos seus direitos específicos, tendo até hoje sido feitas algumas conquistas importantes», muitas são, no entanto, «as injustiças que subsistem em relação à juventude trabalhadora». Entre estas injustiças contam-se: muitos jovens serem obrigados a trabalhar antes dos 14 anos o que «impede o seu desenvolvimento intelectual, cultural e físico harmonioso»; os jovens desenvolverem o mesmo trabalho que os adultos e não ser aplicado o princípio de «salário igual a trabalho igual»; o facto de os jovens serem obrigados a trabalhar em condições péssimas de segurança o que lhes provoca doenças «que os marcam para toda a vida»; a não existência de centros de formação profissional onde os jovens possam fazer a sua aprendizagem; «as dificuldades em conseguir emprego»; a dificuldade de obter emprego quando o jovem termina o curso; muitos jovens trabalhadores não têm, ainda, «direito ao 13.º mês ou subsídio de férias e correspondente subsídio igual ao ordenado auferido».

Os jovens trabalhadores, participantes nos debates deste Encontro, aprovaram algumas medidas tendentes à melhoria das condições de vida da juventude trabalhadora, nomeadamente no tocante à organização; salários e categorias; emprego; regalias sociais; formação profissional; segurança no trabalho; higiene no trabalho e cultura e desporto. Uma moção, aprovada por maioria, no final dos debates desta secção, sintetiza as reivindicações dos jovens no tocante ao tema referido.

Passamos a transcrever a moção, na íntegra: «Jovens Trabalhadores dos Distritos de Lisboa e de Setúbal, reunidos em 28/11/76, no Instituto Superior Técnico, no ENCONTRO REGIONAL DA JUVENTUDE TRA-

BALHADORA, analisando a actual política que o Governo do Partido Socialista está realizando, constatam ser esta, uma política de direita em defesa da recuperação capitalista e agrária que afecta a vida dos jovens trabalhadores e compromete gravemente o caminho escolhido pelo nosso povo e consagrado na Constituição, de construir uma sociedade nova, de progresso e felicidade.

Constar esta realidade, por mais pueretas, conversas ou camuflagens que os governantes queiram fazer, para nós, jovens trabalhadores, não é difícil. Sentimo-la directamente na carne, onde quer que estejamos, nas fábricas, nos campos, nas escolas, nos locais de habitação, etc.

Assim, o ENCONTRO REGIONAL DA JUVENTUDE TRABALHADORA, face à grave situação presente, em que: pioram as condições de vida da Juventude Trabalhadora, com o aumento desenfreado do custo de vida; se agrava o desemprego com as medidas recentemente tomadas pelo Governo que «liberaliza» os despedimentos; o aumento do desemprego, a delinquência, a droga e a prostituição entre a juventude; em que, o Governo legaliza na prática as discriminações salariais em relação à Juventude; aprovando decretos que estipulam 1750\$00 como salário mínimo para os jovens rurais com menos de 20 anos e de 2250\$00 para os jovens trabalhadores de outros sectores; em que decide suspender em alguns sectores a contratação colectiva atingindo profundamente cerca de um milhão e meio de trabalhadores, entre os quais dezenas de milhares de jovens.

E face a estas medidas, assim como outras que o Governo tem tomado que este Encontro decide: repudiar energeticamente todas as medidas antijuvenis do Governo PS e em particular as recentes do Ministério do Trabalho e Luta; pelo salário mínimo nacional a partir dos 18 anos e contra a discriminação salarial; contra a lei dos despedimentos e pelo direito ao trabalho; pela redução de 2 horas remuneradas no horário de trabalho dos trabalhadores estudantes; contra o agravamento das condições de vida dos jovens trabalhadores, fruto da política de concessão à direita do Governo PS e, particularmente, ao desenfreado aumento do custo de vida. Ainda «apelar a todos os jovens trabalhadores, para que as mais diversificadas formas, lutem pela satisfação destas reivindicações e elementares direitos».

A JUVENTUDE TRABALHADORA E A OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES O TRABALHADOR-ESTUDANTE

Relativamente à ocupação dos tempos livres, «factor da maior importância para um desenvolvimento equilibrado, a todos os níveis dos jovens trabalhadores», diversas decisões foram aprovadas.

A criação de grupos e estruturas que permitam a prática de um desporto de massas e a concessão de subsídios, por parte do Estado, às colectividade recreativas e culturais, como formas de incentivar a prática colectiva do desporto, constituem algumas das reivindicações mais salientes dos participantes deste Encontro, a que nos temos vindo a referir.

Decidiu-se igualmente, «lutar contra todas as formas de alienação que os órgãos de comunicação social, desinformando o público em geral pretendem desviar em particular a atenção da juventude dos seus problemas reais, nomeadamente o carácter alienante e agressivo da publicidade e propaganda pornográficas».

A 4.ª Secção, por seu turno, debruçou-se sobre os problemas ligados ao Trabalhador-Estudante e o Ensino. Na tese pode ler-se: «Os trabalhadores-estudantes, que somam hoje mais de uma centena de milhar tiveram uma participação fundamental nas transformações

democráticas operadas depois do 25 de Abril». Contudo, «só uma política de fundo virada às perspectivas de ensino», para as classes trabalhadoras, poderá tornar irreversíveis os avanços já registados pelos trabalhadores-estudantes e, avançar na resolução de muitas outras dificuldades». Para concretizar as linhas saídas dos diversos encontros nacionais e distritais já realizados, «é preciso unir todos os trabalhadores-estudantes, na escola e na empresa, todos os os trabalhadores e suas organizações de massas, professores, intelectuais e todas as forças interessadas no desenvolvimento do nível cultural do povo português».

Os participantes nesta secção debateram amplamente vários assuntos: «acesso aos vários graus de ensino»; «via escolar única»; «métodos pedagógicos»; «o ensino particular nocturno» e «a organização dos trabalhadores-estudantes». Neste último ponto foram apontadas formas organizativas dos trabalhadores-estudantes:

«Comissões de luta, comissões de cantina, bar, biblioteca, de laboratório; comissões pró-associação; associação de trabalhadores-estudantes; comissões de delegado de turma; comissões de gestão; secretariado distrital de trabalhadores-estudantes; Centro Coordenador de trabalhadores-estudantes».

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

A sessão de encerramento iniciou-se com um certo tempo de atraso. Atrazo este, devido à grande participação havida nos debates das diversas secções. Os temas em presença suscitaram, por parte das centenas de jovens trabalhadores participantes, vivas discussões e amplos debates.

«O atraso deveu-se ao facto de a juventude trabalhadora estar interessada na participação dos debates. Significa uma prova que a juventude está disposta a lutar pelos seus direitos e interesses específicos» — sublinhou João Silva no início da sessão de encerramento.

Depois de enviar uma saudação a todos os que contribuíram para a realização do Encontro finalizou lançando um apelo a todos os jovens no sentido da sua sindicalização, pois só assim, poderão «defender os seus direitos e interesses específicos».

Foram, então, lidas e aprovadas diversas moções: contra a «política anti-estudantil» do MEIC; repúdio pelos «recentes despedimentos de dirigentes, delegados e militantes sindicais e demais trabalhadores como na Têxtil Manuel Gonçalves, Maconde, Manuel Lopes Henriques,

Siemens e tantos outros casos». Exigir do Governo «que se cumpra integralmente a Lei da Reforma Agrária» e que «mande retirar imediatamente todas as forças da GNR das UCP e que as UCP sejam entregues aos trabalhadores» foi outra das moções aprovadas.

Ainda numa referência aos jovens trabalhadores, reunidos no Encontro decidiram: «repudiar energeticamente» o facto de a RTP e a RDP apesar de informadas não terem feito «uma única referência ao nosso Encontro». Uma outra de saudação a todas as organizações, que tomaram possível a realização do Encontro, foi também aprovada e, finalmente, decidiram «delegar no secretariado da C. Organizadora a entrega das conclusões nos seguintes órgãos do Poder: Presidente da República, Conselho da Revolução, Assembleia da República e Pedagogos». Tendo em conta «que as conclusões deste Encontro são uma importante arma nas mãos dos jovens».

Usaram ainda da palavra Belmiro Silva em nome da CIL e António Andrade, em nome do Secretariado da Intersindical, organismo de que faz parte, Belmiro Silva salientou: «Muitas vezes nós falamos dos jovens com o sentido paternalista de quem entende solidariedade, mas não aceita a co-actuação e a participação por falta de confiança. É chegada a altura dos jovens trabalhadores através da prática vivida nos locais de trabalho exigirem o lugar que lhes compete no movimento sindical, nas comissões de trabalhadores, no controlo operário ou noutros grupos de trabalho».

Andrade, por seu turno, após afirmar que: «No Congresso dos Sindicatos realizado em Julho de 1975 foi considerado, como tarefa importante a dinamização dos jovens trabalhadores, nas escolas, nas fábricas, nos campos, nos Sindicatos», disse: «Numa altura em que a direita reacçãoária põe em causa as grandes conquistas do Povo Trabalhador (a Reforma Agrária, o Controlo Operário, as Nacionalizações, as Liberdades Fundamentais), é importante verificar de que lado da barricada a luta está a juventude. Porque a juventude é o futuro». E «apesar de todas as dificuldades o Futuro pertence-nos» — acrescentou.

Conforme deliberação da sessão plenária de encerramento a Comissão Organizadora irá, de acordo com as propostas de alteração surgidas nos diversos grupos de trabalho, elaborar a redacção final das teses aprovadas.

«A luta continua», «a luta continua», foi a palavra de ordem gritada pelos participantes neste Encontro no final da sessão de encerramento, após a qual se iniciou uma sessão de canto livre.





EDUCAÇÃO FÍSICA AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES

Promovido pelo INATEL, realizou-se na passada semana, nas instalações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, um emiário sobre «Desporto e Produção».

Durante quatro dias, técnicos de educação física, sindicalistas, elementos de comissões de trabalhadores, etc, debateram questões relacionadas com a fundamentação científica das relações entre o desporto e a produção, o papel dos sindicatos e outras organizações de trabalhadores na promoção e gestão do desporto para trabalhadores em sistema de produção capitalista e em sistema de produção socialista, e, ainda, o desporto para trabalhadores em Portugal, sua situação actual e perspectivas futuras.

«Se o trabalhador melhorar a sua condição física poderá, produzir mais com o mesmo esforço (ou produzir o mesmo com menos esforço) na medida em que ao melhorar a sua capacidade está a afastar os limites da fadiga para níveis cada vez mais elevados» — afirma-se numa comunicação lida no primeiro dia de seminário, o qual, a prosseguir refere que «se uma boa condição física é necessária para um bom funcionamento do nosso organismo, não nos podemos esquecer que, cada vez mais, essa condição física passa por uma prática desportiva regular, sistemática e convenientemente orientada. A prática desportiva do trabalhador deve adquirir características de compensação de possíveis deficiências adquiridas no desempenho da actividade profissional».

Sobre esta questão, pode ler-se nas «conclusões» que: «A mecanização ao impor ao trabalhador um ritmo que lhe é estranho subalterniza as necessidades de recuperação individuais e impõe-lhe em substituição as da própria máquina, desumanizando a actividade laboral».

Coube a René Moustard, presidente da FSGT (Federation Sportive et Gymnique du Travail) fazer a introdução à discussão em torno do papel dos sindicatos e outras organizações de trabalhadores na promoção e gestão do desporto trabalhista em sistema de produção capitalista.

Tomando o seu país como exemplo, René Moustard referiu o esforço dos trabalhadores no campo da organização desportiva, historiando o aparecimento da FSGT e descrevendo o modo como, em França, foram resolvidas algumas dificuldades ao nível da actuação prática.

Sublinhando o modo como os trabalhadores franceses obtiveram a possibilidade de criação — no seio das próprias empresas — de comités de empresa, dirigidos pelos seus próprios representantes, eleitos de entre eles.

Actualmente, a lei obriga mesmo

a direcção da empresa a descontar uma determinada quantia — proporcional à massa salarial — o que permite ao Comité de Empresa dar execução a actividades sociais e culturais, destinadas aos trabalhadores.

Isto possibilitou que o desporto para trabalhadores se pudesse organizar no seio da própria empresa, em íntima relação com as outras actividades de tempos livres.

DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS

Acentuando que o desenvolvimento das actividades físicas está dependente, fundamentalmente, das modificações que se verificaram ao nível da base económica, aquele dirigente da FSGT afirmou que estamos numa época em que o desenvolvimento das forças produtivas abre possibilidades imensas para uma maior utilização das actividades físicas e desportivas.

Constituirá um grave erro pretender desligar os benefícios que o trabalhador possa retirar de uma actividade física — de um contexto geral caracterizado por todo o esforço de emancipação social, considerou René Moustard, chamando a atenção dos sindicatos para que se organizem de modo a também neste campo, poderem defender os interesses dos trabalhadores.

No dia seguinte, os debates incidiram sobre o papel dos sindicatos na promoção e gestão do desporto para trabalhadores em regime de produção socialista.

A intervenção, que serviu de abertura às discussões sobre este tema, pertenceu a Valéry Verdier, secretário da Embaixada da URSS e especialista em assuntos desportivos.

Após ter lido um documento referente à organização desportiva dos sindicatos soviéticos, Valéry forneceu algumas indicações acerca do modo como é financiado

o desporto soviético, acentuando que um quarto do orçamento do Conselho Central das Sociedades Desportivas sindicais é gasto com o fomento da prática do desporto.

PRODUZIR PARA QUEM?

O último dia do seminário sobre «Desporto e Produção» foi sem dúvida nenhuma o que decorreu de um modo mais animado, até porque, o tema se prestava a um vivo diálogo.

Para introduzir o debate sobre o desporto para trabalhadores em Portugal a situação actual e perspectivas — estiveram presentes o dr. Sérgio Ribeiro, e os professores Melo de Carvalho e Sousa Santos.

Antes de mais, havia que responder a uma questão que condicionava a orientação de todas as discussões: Produzir para quê e para quem?

Sérgio Ribeiro pretendeu encontrar uma solução para estes problemas, procurando a maneira de ultrapassar a contradição objectivada pelo facto de o aumento de produtividade — obtido através de uma prática desportiva devidamente orientada — poder reverter a favor do patrão.

Delineados dois exemplos distintos, foi referido que, nos casos em que os trabalhadores — por controlarem já um determinado sector da economia — possam estar interessados em aumentar a produtividade o poderiam fazer sem que isso implicasse um aumento de esforço, os casos em que a mais valia continua o reverter a favor do patrão, através do desporto. Os trabalhadores poderão montar os níveis de produção com um menor dispêndio de energia.

Foi também acentuado que, nos casos em que os trabalhadores conseguem, dentro da empresa um lugar para fazer desporto, teatro ou conviverem, isso significa que conquistaram algo mais à empresa, o que numa perspectiva reivindicativa global não poderá ser ignorado.

MUDANÇAS SOCIAIS

«A transformação da actividade desportiva esteve sempre ligada às necessidades de carácter económico e político das diferentes classes sociais e ao desenvolvimento social no seu conjunto. Por outro lado, a própria mudança social tem de assentar basicamente na transformação dos

homens adultos através de substanciais alterações nas relações de produção e na actividade revolucionária» — afirmaria o professor Melo de Carvalho no decorrer da sua intervenção. E continuou:

«Tudo isto quer dizer o seguinte: se queremos transformar a própria estrutura desportiva, se queremos retirar à classe até agora dominante o controlo exclusivo da «coisa» desportiva, se queremos dar ao desporto a dignidade que pode



caber-lhe ao contribuir como elemento poderoso para ajudar a transformar as condições sociais de existência do indivíduo, se queremos que as massas trabalhadoras promovam activamente a reavivação económica do País, é indispensável desenvolver e criar condições objectivas que permitam que a prática desportiva se integre, em termos reais, no mundo do trabalho produtivo, e na vida das mais extensas massas de trabalhadores.»

Mais adiante, «Se encarmos a prática desportiva unicamente do ponto de vista económico, chegamos facilmente à conclusão que a sua função se exerce sobre a reprodução atargada da força de trabalho. O desenvolvimento actual das forças produtivas numa perspectiva democrática, impõe que se criem condições para resolver os problemas do equilíbrio psicossomático do trabalhador, da fadiga acumulada e da mudança e reclassificação das suas funções e actividades.

«A prática desportiva responde, assim, a necessidades objectivas bem claras e impõe-se como actividade cujo fundamento deve ser pesquisado basicamente nas exigências culturais e formativas da nova sociedade portuguesa. A situação actual em que ainda se encontram é o produto da transformação das forças produtivas e das relações de produção capitalistas. São as exigências da classe operária e das forças democráticas que poderão e deverão provocar uma substancial alteração dessa situação.

«De um ponto de vista mais lato, as actividades desportivas, partindo das

necessidades sociais, devem ter como objectivo promover a melhoria das condições de vida do trabalhador, respondendo às exigências do desenvolvimento ilimitado do indivíduo. O desporto adquire uma importância particularmente acentuada quando verificamos que é no domínio da actividade física que se fundem as relações entre o pensamento e a acção, teoria e prática.»

A prosseguir: «Desa forma, a prática desportiva, quando concebida e organizada para o trabalhador, deve responder aos problemas bem específicos que caracterizam a sua vida individual e colectiva, e subordinar-se exclusivamente a uma perspectiva que rejeite vemente a utilização do desporto dentro de um quadro de valores burgueses e antioperários.»

Referindo-se à «batalha da emancipação do Povo português», Melo de Carvalho acentuou que: «No sector específico do desporto do trabalhador, ela deve consubstanciar-se na conquista de tempos livres sadamente preenchidos, numa cultura que não sirva subrepticamente os interesses dos monopólios, num conjunto de actividades desportivas subordinado aos princípios de uma educação física que se submeta integralmente a qualquer forma de massas trabalhadoras, num desporto de alto nível de que sejam expurgados os subprodutos do profissionalismo (falso) e num espectáculo desportivo que seja uma forma de convívio, de enriquecimento individual e colectivo, em suma, uma forma de cultura.»

O INATEL

Pretendendo analisar as perspectivas do desporto para trabalhadores em Portugal, Sousa Santos, referiu-se demoradamente ao papel do INATEL e às suas possibilidades de intervenção no sector da prática física:

«No quadro duma realidade desportiva paupérrima como a do nosso País, em termos de dimensão e qualidade do trabalho praticado, uma tarefa de grande responsabilidade incumbe ao INATEL: a de promover as actividades físicas e desportivas dos trabalhadores portugueses, visando a sua generalização e a sua transformação em prática regular, como forma activa de ocupação dos tempos livres. O objectivo é ambicioso e o trabalho a desenvolver é a medida do objectivo.»

Sobre o futuro do INATEL, afirmaria Sousa Santos:

«O INATEL será brevemente um organismo sob total controlo dos trabalhadores, através das suas organizações de classe, e o arrastamento da actual situação de uma direcção bicéfala com uma responsabilidade bipolarizada deve entender-se apenas como resultado da actual conjuntura política e sindical. Outra alternativa não há, porque a recuperação do INATEL pelo aparelho de Estado significaria uma opção «neoliberal» e implicaria o repúdio das massas trabalhadoras em relação ao organismo, isolando-o e retirando-lhe a credibilidade. Nenhum governo democrático assuniria, julgamos nós, esta pesada responsabilidade.»

Assim: «Só há um pressuposto inequívoco do qual devemos partir: sendo o INATEL dos trabalhadores e para os trabalhadores, a sua política global de tempos livres e a sua política sectorial de actividades desportivas terão de estar, a todo o momento, coladas à luta dos trabalhadores, integradas no seu movimento sindical, subordinadas às decisões das suas organizações de classe.»



Melo de Carvalho, Sérgio Ribeiro, Sousa Santos e Paula Brito, orientando a sessão subordinada ao tema: «O desporto para trabalhadores em Portugal».

TAILÂNDIA

NOVO GOLPE DO IMPERIALISMO

O imperialismo fez novo golpe de Estado. Mergulhou, de novo, um país soberano num mar de sangue. A 7 de Outubro de 1976, militares fascistas derrubaram, três anos de governo civil na Tailândia.

No seguimento dos incidentes do dia 6 de Outubro de 1976, na Universidade de Thamassat, os militares tailandeses, com o apoio da CIA, instalaram neste país, do sueste asiático, uma ditadura militar fascista. Execução em massa, linchamentos públicos, prisões em massa, mortes, este o quadro da nova ordem que reina em Bangkok.

Depois do revés sofrido no Vietname, no Laos e no Camboja, os Estados Unidos tinham de assegurar de novo, o seu domínio no sueste asiático. A Tailândia, pela sua posição geopolítica, era o local indicado. Possuindo ao Norte fronteiras com a Birmânia, o Laos e o Camboja e a Sul, através do istmo da Kra, ligando-se à parte insular do sueste asiático (Malásia, Singapura, Indonésia e Filipinas), a Tailândia é, de facto, um ponto estratégico da máxima importância. O istmo de Kra foi sempre, ao longo da sua história, um importante local de passagem e de trocas, pois as comunicações terrestres, através deste istmo, são mais curtas, em milhares de quilómetros, do que através da via marítima. É para além do mais uma linha de defesa natural.

O imperialismo procura, deste modo, criar novos pontos de tensão no mundo. Juntamente com a Coreia do Sul «governada» por fantoches pró-americanos a Tailândia passará a ser, agora, a ponta de lança do imperialismo na Indochina.

Não nos esqueçamos que as bases militares norte-americanas em território tailandês foram utilizadas para a descolagem dos B-52 que se emearam a destruição no Vietname. Do mesmo modo, militares tailandeses participaram, lado a lado com os ianques na guerra de agressão ao povo vietnamita.

Criar conflitos com o Vietname, que após vários anos de luta conseguiu a vitória sobre o imperialismo, está, também, dentro da estratégia americana para o sueste asiático. O imperialismo ainda não admitiu a sua derrota neste canto do mundo. Ainda não se convenceu que a força revolucionária de um povo derrotará sempre, a superioridade bélica do governo que o quer subjugar.

Após o golpe de Estado fascista, na Tailândia, as novas autoridades prenderam, de imediato, todos os vietnamitas ali residentes. Pretendem, agora, fazer crer que os vietnamitas estão a conspirar para derrubar o novo poder... que estão ao serviço de um governo estranho ao governo tailandês... enfim os mesmos argumentos de sempre, utilizados, em todas as latitudes, pelas forças do capital e pelo imperialismo.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Verifiquemos, então, o que tem sido, ao longo dos anos, a história da Tailândia. Zona nevrálgica, tem sido cenário de vários golpes de Estado. Em 1932 uma revolução pôs fim à monarquia absoluta que reinava na Tailândia. Em 1959, três anos de governo democrático, após trinta

anos de ditadura militar, foram brutalmente interrompidos. Em Outubro de 1976 novo golpe de Estado interrompeu o processo de democratização iniciado pela revolução popular de 1973. Após três anos de governo civil os militares tomaram, de novo, as rédeas do governo.

Vejamos, agora, o que se passou no dia seis na Universidade de Thamassat.

Fundada em 1937 por Pridi, homem de ideais democráticos e pai espiritual da revolução de 1932, esta universidade formou ao longo das gerações os quadros necessários ao país. Imbuída do ideário democrático, Thamassat manteve sempre uma atitude crítica face às atitudes governamentais, contrárias aos interesses dos trabalhadores. A 6 de Outubro do corrente ano, milhares de estudantes progressistas manifestaram-se contra a reentrada, na Tailândia, de Thanom, um dos marechais derrubados três anos antes, tendo sido violentamente reprimidos pelos militares e pelas forças direitistas tailandesas. Horas mais tarde, os militares pró-americanos tomaram o poder.

Mas, será que os militares tomaram o poder só por causa dos acontecimentos do dia 6? Naturalmente que não. O exemplo do Vietname, o aumento da consciência



de classe dos trabalhadores, a evacuação compulsiva das unidades militares norte-americanas da Tailândia, conduziram a esta posição de força do imperialismo.

BASES AMERICANAS NA TAILÂNDIA

O que se passou com as tropas norte-americanas? O Governo civil tailandês, agora derrubado, pedira já várias vezes a retirada progressiva das unidades e bases militares norte-americanas do seu território. Na véspera da data limite para a retirada das tropas imperialistas, do território tailandês (20 de Março de 1976), o primeiro-ministro, Kukrit Pramo, discursou e alargou o prazo para 20 de Julho, do mesmo ano. O adiamento do prazo estava, naturalmente, ligado a problemas de ordem interna. O impedir de um golpe de Estado fascista poder-se-á contar entre uma das preocupações das autoridades tailandesas de então.

Os ideais de independência nacional, que começavam a animar os governantes tailandeses, não interessavam ao imperialismo. Para além do mais, as autoridades da Tailândia insistiam — contrariamente ao pretendido pelos americanos que invocavam a impunidade diplomática — que os técnicos americanos, que ficassem no país, se sujeitassem às leis tailandesas. Além disso, o governo de Washington pensava que a evacuação das tropas se referia também, à base aérea de Utaapao, — que permite ligações fáceis entre as Filipinas e Diego Garcia — à base portuária de Sattahip e ao centro tecnológico de informações de Ramasoon — todo ele ocupado por tropas americanas. Nas semanas anteriores ao 20 de Março, cento e setenta soldados tailandeses foram colocados no Ramasoon. No próprio dia 20, a bandeira norte-americana foi arreada e em seu lugar passou a existir a insígnia tailandesa. Também os emblemas da US Army foram retirados. Um comandante tailandês substituiu o norte-americano. As tropas começaram a ser evacuadas. Os americanos começavam a perder a sua rede de informações. Era preciso começar a actuar. Controlando a todos os níveis as forças armadas

tailandesas, o governo de Washington investiu, de novo, um golpe.

Hoje em dia, reina em Bangkok o terror fascista, a repressão, as torturas, os massacres. Os americanos passaram a mover-se com mais «à vontade». As liberdades são as de matar, de torturar, de dizer o que os ditadores pensam. Mas os problemas e as contradições não acabaram. Entre os próprios militares as contradições são bastantes profundas. O general Vitoon, chefe da polícia, foi enviado para o exílio. A crise económica continua. A aprendizagem democrática de três anos deixou marcas que o fascismo não poderá destruir. A esquerda encontra-se, agora, desorganizada. Mas, a resistência contra o fascismo, a luta pela conquista da independência nacional e pelo direito do povo tailandês dispor do seu próprio destino, já comeou.

CONTRA A PRISÃO DE SINDICALISTAS

Enrique Marano, presidente da Confederação Latino-Americana dos Trabalhadores da Indústria Gráfica e secretário-geral da Federação Argentina dos Trabalhadores da Imprensa, foi preso pelo regime fascista de Jorge Videla que encarcerou, também, a maioria do Comité Executivo desta organização e encerrou a respectiva sede em Buenos Aires.

Protestando contra mais esta medida fascista do ditador Jorge Videla, a Intersindical Nacional enviou ao ditador o seguinte telegrama:

«Intersindical Nacional — Central Única dos Trabalhadores Portugueses associando-se ao rápido geral trabalhadores gráficos e como expressão sentir classe trabalhadora portuguesa protesta energeticamente contra prisão Enrique Marano e camaradas gráficos bem como encarceramento Federación Argentina Trabajadores Emprenta. Exigem sua imediata libertação e restauração liberdades sindicais e democráticas».



TÍTULOS DO TESOURO OU «O NATAL DOS SIMPLES»

«Uma lição extremamente importante tem de ser tirada em relação ao recente recuo governamental ao subtrair de 5 mil para 7 mil escudos líquidos a parte paga em dinheiro do subsídio de Natal. Na verdade, temos razões para nos congratularmos com a unidade da luta dos trabalhadores para a anulação de mais uma medida antipopular. Contudo, este recuo não fará desistir os trabalhadores do seu objectivo fundamental: a anulação total da referida medida».

Com estas justas afirmações começa um documento emitido pelo Sindicato da Indústria Metalúrgica do Distrito do Porto. É prosequer.

«Existem, por isso, razões fortes para que os trabalhadores continuem a lutar e a não aceitar uma pequena modificação que, de maneira nenhuma, resolveu, ou sequer camuflou o problema. Não restam dúvidas que a aplicação de tal medida valia afectar mudanças laborais de mais variadas e até, prejudicar uma grande percentagem de pequenos e médios comerciantes e industriais que já tinham assumido compromissos irrevogáveis para a aplicação do 13.º mês das suas receitas em Dezembro».

Além disto tal medida constitui um acto irresponsável em termos de política económica, pois que a receita proveniente da venda dos títulos não vai ser empregue em obras sociais, como o Governo pretende fazer crer. E que na verdade, o orçamento para as ditas obras sociais está desde há muito previsto no orçamento do Estado, o que quer dizer que o dinheiro proveniente da venda dos títulos e, portanto, do sacrifício dos trabalhadores servirá, isso sim, para o plano de indemnizações que o Governo tem preparado para satisfação dos grandes monopolistas em virtude das nacionalizações efectuadas após o golpe político-revolucionário de 11 de Março. Aliás, tais títulos significam — daí por um ou dois anos, altura em que poderão ser trocados por dinheiro — um poder de compra multibotim inferior do que aquele que na realidade significam hoje em dia. Quer dizer: um título com um valor nominal de 1 000 500 significará, em termos de poder de compra daqui por um

ou dois anos, 500 ou 600 escudos.

Por aqui se vê o cariz antipopular que assume a política governamental quando se trata de trabalhadores, em contraste repugnante com outras medidas de sentido completamente inverso quando se trata de certas condições aos capitalistas, ao patronato reaccionário, em suma, de crises da exploração do homem pelo homem, para que continuem a senda do agravamento do custo de vida, da inflação. Política anticonstitucional por outro lado, dado que vai permitir a consolidação das grandes unidades financeiras de tendência logicamente monopolista, em detrimento dos interesses dos pequenos e médios comerciantes e industriais que verão as suas receitas extremamente afectadas, prejudicadas, bem como defraudados todos os compromissos assumidos na expectativa real de proventos há muito contabilizados».

É este o significado de uma política de recuperação capitalista, de uma política contrária aos interesses das camadas que sofrem mais o peso da alta do custo de vida, que se agrava e agrava, enquanto se persistir nela. Enquanto isto — perguntamos — quais foram as medidas que o Governo usou para tomar agora no sentido de obrigar o patronato reaccionário a liquidar os débitos à Previdência? Acrescenta-se ainda o aspecto de pura proclividade que toma a medida governamental ao obrigar a compra de títulos de tesouro. Esta operação financeira traduz-se num acordo entre as duas partes — governantes e governados — e, a sangria financeira no 13.º mês dos governados é-lhes imposta e não saída da sua concordância.

Urge imprimir maior vigor em todas as iniciativas unitárias de trabalhadores, no sentido de demonstrar ao Governo que estes não recuam enquanto se mantiver o cariz direitista da política de conciliação de classes, antidemocrática e anti-socialista. A unidade que os trabalhadores hoje potencializam no campo da luta anticapitalista começa a dar frutos. A unidade que é possível e inevitável será o caminho da vitória».

LER • OLHAR • ENTENDER • LER

IRMÃS MOÇAMBICANAS



A bandeira desceu, no seu pau erecto. Desceu lentamente, numa tranqüila viagem de regresso às origens. E quando a de Moçambique iniciou a sua firme subida, senti que vivia um dos momentos mais belos da minha vida.

Em homenagem às mulheres moçambicanas, na data da Segunda Conferência Nacional da Organização da Mulher Moçambicana (OMM).

De respiração suspensa, segui o seu demorado trajeto até ao topo, onde o vento circula rápido, no liberto... Terminava — sabia — uma cruel época de opressão, e outra época nascia, agora feita de nossos gestos, de nossas palavras; do nosso querer, de nossas opções, de nossa recusa em pactuar com uma burguesia dominante; com o imperialismo voraz, vampiro do nosso dos corpos dos povos.

«Maria olhava, fascinada, em silêncio, no pequeno «écran» da televisão, a bandeira solta ao vento, daquele país novo, a crescer nas mãos fortes do seu povo... a renascer das suas próprias raízes: sangue derramado, nunca em vão...»

«As lágrimas traçavam-lhe no rosto brandos sulcos de alegria... «Uma outra época, sim, ali à sua beira, como uma mansa ribeira, ou nascente dela... em desafio a quantos a queriam exterminar, decapar, cercear, espada no pescoço da liberdade mesmo, em violência trocada somente à aparência por falsas branduras, fingidas nervuras de paz e de ordem...»

E minha irmã moçambicana ali estava, também: mulher-intacta, na fimeza do olhar terço e a justeza das mãos jamais hesitantes na arma empunhada e pronta ao tiro!...

Vejo-lhe o rosto calmo, na imagem que por momentos a toma, a envolve, a projecta a si sim, em dignidade e a transmite aos outros, longe... como se em mensagem, talvez... ou só acaso?

Irmã, que rastejando, suas pernas rasgou no matto de seu corpo marcou no suor da luta pela libertação de seus irmãos, de seus filhos, de sua própria vida.

Que risco o nosso? Que vacilar se nos permite, irmã, quando de nós, mulheres, depende o futuro do nosso país, dos nossos filhos, da dignidade e da libertação de nossas vidas?

Nenhum, irmã, eu sei! E por isso tomo: exemplo, da imagem que de tão distante me vem. E tão perto, ao mesmo tempo, nos estamos: mulheres moçambicanas e portuguesas, na construção de um mundo de igualdade e amor, a sociedade socialista.

de MARIA TERESA HORTA

TRABALHADORES DA GUÉRIN E O ENCONTRO NACIONAL

A Comissão de Trabalhadores e Delegados Sindicais da Sociedade Comercial Guérin, reunidos em Plenário no dia 10-11-76, em Lisboa, depois do esclarecimento fornecido pelos elementos presentes ao Encontro Nacional para a Legislação do Trabalho, realizado em 6-11-76, no Instituto Superior Técnico, decidiram, numa moção que foi aprovada por maioria: «apoiar as decisões aí aprovadas pelos seus representantes; quer sindicatos, quer da Comissão de Trabalhadores, dando-lhe um voto de louvor pelo espírito de sacrifício que demonstraram ao longo de várias horas de discussão; não aceitar quaisquer decisões que venham a ser tomadas pelos órgãos responsáveis do Governo, desde que elas sejam contrárias ao interesse das classes trabalhadoras».

teatro

NUNCA É DEMAIS RECORDAR...

O Grupo «A Comunha», que acaba de alcançar um êxito notável no Festival de Nancy, estreou no dia 25 a peça «O Muro», que é uma adaptação de «As Aventuras de João Sem Medo», de José Gomes Ferreira. Espectáculo a ver, sem dúvida alguma.

Nunca é de mais recordar o momento difícil que o teatro independente atravessa. Nem desloca repetir que ele precisa

Noutra moção, igualmente aprovada por maioria, decidiram: «repudiar a actuação das forças que, a coberto da defesa da Democracia e da liberdade, não pretendem mais do que liquidar as Liberdades alcançadas pelo povo após o 25 de Abril; alertar todos os trabalhadores para a rapidez de execução com que foram presos os camaradas sindicalistas do Norte, em contraste com acções que se encontram pendentes nos tribunais, movidas contra o patronato reaccionário desde há vários anos; e apoiar incondicionalmente os camaradas presos e despedidos, pondo ao seu dispor toda a capacidade mobilizadora, financeira e até jurídica, de que dispõem».

Também «exigem o cumprimento integral da Constituição», estando «contra a força da opressão» e pela «força da revolução».

da presença do público para sobreviver.

Por isso chamamos a atenção dos espectadores para a Cooperativa que acaba de ser criada pelo Grupo de Teatro de Campolide. Iniciativa que precisa de apoio. E do auxílio financeiro de todos nós, já que as entidades oficiais parecem muito mais empunhadas em criar dificuldades do que em estimular este género de actividades.

CICLO DE TEATRO INFANTIL EM MONTE-MOR-VELHO

O CITEC decidiu dedicar-se ao teatro infantil de uma maneira regular e séria. A sua primeira montagem neste campo foi a pantomia «MEL PASTEL E UM BONECO DE PAPEL», que consta de oito quadros. Presentemente já tem outro espectáculo que se chama «O REI ARDEU AO SOL» e está em preparação mais um, com o título «O PASSARINHO BRANCO». Mas o CITEC além de montar espectáculos, também os apresenta em várias localidades: durante o ano de 1975 deu 37 espectáculos com a pantomia infantil «MEL PASTEL E UM BONECO DE PAPEL». Ao todo, durante o mesmo ano, o CITEC deu 52 espectáculos com as diferentes peças que tinham montadas.

O CITEC é um grupo de teatro amador fundado em 1970, que tem, desde então, dedicado toda a sua actividade à cultura em geral e ao teatro dum maneira especial. Organizou a SEMANA DE TEATRO NO CASTELO DE MONTE-MOR-VELHO, em 1974; o FESTIVAL DE TEATRO DE AMADORES NO CASTELO DE MONTE-MOR-VELHO, em 1975, durante o qual teve também lugar um

Curso de Iniciação Teatral orientado por Manoel Santos; e uma SEMANA CULTURAL comemorativa do seu VI aniversário, em 1976.

Em Novembro de 75 e Fevereiro/Março de 76, promoveu o 2.º CICLO DE TEATRO INFANTIL PARA AS CRIANÇAS DO CONCELHO DE LEIRIA, com o apoio de várias entidades locais apresentando a pantomia infantil «MEL PASTEL E UM BONECO DE PAPEL», com que efectuou vinte e seis espectáculos que assistiram mais de dez mil crianças. Com os trabalhos realizados sobre este espectáculo, organizou uma exposição infantil no final do ciclo.

Organizou em Montemor-o-Velho várias tardes infantis, que consistiram de histórias contadas com fundo musical, de modelagem de fantoches, de sessões de pintura e desenho com material oferecido pelo CITEC, e de um piquenique no parque de campismo local, além de apresentação de peças infantis. A partir dos fins do mês de Outubro, com a colaboração de seis professores do ensino primário, organizou e tem em funcionamento, aulas nocturnas para adultos interessados em aprender a ler ou

em aperfeiçoar os seus conhecimentos, sendo a frequência aberta a toda a população. Estão também programadas sessões sobre conceitos básicos de higiene pública e individual, alimentação, alcoolismo, saúde pública e primeiros socorros.

Só no ano de 1975 realizou um total de cinquenta e dois espectáculos, e nos primeiros seis meses deste ano deu já quarenta e dois espectáculos, com 4 peças diferentes (duas para crianças, uma para adultos e outra para todas as idades). Se for cumprido todo o plano de actividades para o ano de 1976, serão apresentados no decorrer deste ano mais de oitenta espectáculos.

O objectivo principal desta notícia é o de informar da realização do 1.º CICLO DE TEATRO INFANTIL NO CONCELHO DE LEIRIA, com a pantomia infantil «MEL PASTEL E UM BONECO DE PAPEL», que será apresentada não só nas sedes de freguesia, mas também noutras localidades das mesmas, e cujo início já se deu em 4 de Novembro corrente e se prolonga até ao final do ano.



De porta em porta, de feira em feira...

CARLOS DE OLIVEIRA, nasceu no Brasil, em Belém do Pará, em 1921, filho de pais portugueses. Veio muito cedo para Portugal e era ainda estudante em Coimbra quando se destacou como um dos mais significativos representantes do grupo neo-realista. Escritor e poeta, publicou entre outros os seguintes volumes: «Uma Abelha na Chuva», «O Aprendiz de Felicitoso», «Casa na Duna» e «Pequenos Burgueses». Deste último romance de Carlos de Oliveira, extraímos o texto que se segue.

Não percebo como vivi todo este tempo sem a mula. A falta que ela me fazia, e então no Inverno, quando a perna parece de ferro e me custa mais a andar, tanto ou tão pouco que só agarrado ao bordão, coisa de que não gosto. Principiava a chover, não digo as chuvas desalmadas do pino de Janeiro, porque essas podem-se lá aguentar mesmo a cavalo, mas o chuvisco morrinheiro, dia a dia, cada caminho um barrocal a deitar lama por fora, e eu a butes. Nem vale a pena falar nisso. Hoje, visto o capote, salto para cima da mula, e esboul-me bugiando para as trovoadas, o granizo. Levanta-se um vento áspero que descama as Três Dunas e as deixa como três colinas de sal?, com o vento posso eu bem. De porta em porta, de feira em feira, leio as sinas desta gente, cavalgo até chegar a noite, e a perna tanto se me dá como se me deu, não

presico dela. O mundo, visto de cima da alimária, é diferente, melhor, muito melhor, mas tenho abusado, a mula está cansada, magra, talvez os botes arrasados, de modo que, pelo sim, pelo não, levo-a à consulta de mestre Horácio, mestre Horácio abre-lhe a boca, puxa-lhe a língua, pega num martelinho para calcular a rizeja dos dentes e bate, passa às traseiras do bicho, mete-lhe um pau no cu, espera que saiam algumas castanhas, remexe-as com o pau e diz: às vezes contam uma doença toda, a questão é vê-las e cheirá-las devidamente, encosta o ouvido ao peito da mula e diz: auscultação, verifica-lhe as ferraduras uma a uma, pega num martelo maior, assenta-o nos cravos com um certo balanço, aperta-lhe os jarretes, os joelhos, levanta-lhe as pálpebras, conta as raias de sangue, e diz: um animal observa-se de cabo a rabo, como uma pessoa. Salva-se, mestre Horácio, ou morre?, salva-se, nas minhas mãos tem de se salvar, ainda bem, queres saber agora de que sofre o bicho?, quero, sim senhor, e acreditás na minha palavra?, sim senhor, acredito, pois sofre de fome e não esbugalha os olhos porque é assim mesmo, fome. Mestre Horácio acertou outra vez.

O sustento dum cavalgaduro nos tempos que vão correndo...

A sombra surge da porta enlustrada, cresce pela cozinha dentro e chégá-lhe aos pés. Não ouvi sequer os tamancos nos degraus de pedra, tuque, tuque. A água ferveu, referviu e evaporou-se quase toda. Faz uma chiadeira medonha. Maria da Luz, sem uma palavra, enche a panela, outra vez. Sente-se envergonhado. Não serve para nada, nem para tomar conta dum panela e água ao lume.

TEMPO DE LEITURA

A OFENSIVA DO CAPITAL E A PAZ DO SOCIALISMO, de J. Cândido de Azevedo — Coleção "Teoria e Prática" — Diabril Editora.

O jornalista Cândido de Azevedo, faz neste volume uma análise da realidade económica portuguesa, numa perspectiva de defesa da sociedade a caminho do socialismo, "atitude que todos os portugueses devem manter". Um livro de grande actualidade e que é um alerta contra o inimigo do momento: a direita, portanto o fascismo.

HARRY DICKSON, de Jean Ray — Editorial Estampa.

Acabam de ser lançados no mercado mais quatro volumes sobre as aventuras do inspector Harry Dickson (O Caminho dos Deuses, Os Enigmas da Casa Rules, O Polvo Negro e Os Mistérios do Museu do Doutor Drum) que parecem ter conquistado grande número de leitores entre os adeptos da literatura policial.

SERMÃO DE SANTO ANTÓNIO AOS PEIXES (texto integral), e SERMÃO DA SEXAGESIMA (texto integral), do Padre António Vieira — Coleção "Páginas Exemplares" — Diabril Editora.

A publicação destes 2 textos é uma iniciativa da Diabril que merece todo o aplauso, pois recorda os nossos clássicos além de tudo o mais, e muitas vezes chama a atenção para a flagrante actualidade de certas obras. Fernando Luso Soares dirige a coleção e são dele as palavras com que inicia a "Nota Crítica" ao primeiro volume: "António Vieira tem dado lugar a uma vasta literatura biográfica e crítica. Este facto bem se entende se se tiver em consideração que foi ele grande exemplo original e desconcertante em múltiplos domínios. Conhecido, acima do mais, como o grande pensador português, tamanhos foram os seus talentos como político, diplomata, estadista, missionário, professor, teólogo, humanista e pensador que não espanta o facto de o padre Gaspar Ribeiro ter sustentado esta tese à primeira vista insólita: "... entre tantos talentos do padre António Vieira, o menor era o de pragrador".

cinema PARA VER...

A FLAUTA MÁGICA (Londres) — Um filme de uma beleza extraordinária e que envereda fantosamente pelos domínios do fantástico. O talento de Bergman ao serviço da ópera de Mozart. Um espetáculo a não perder.

20 000 LÉGUAS SUBMARIINAS (Tivoli) — Para os inúmeros apaixonados de Júlio Verne, aconselhamos este filme que é uma das melhores adaptações da obra do autor. É o mundo da imaginação reconstruído. Uma aventura de 20 000 léguas por baixo do mar, na companhia de três excelentes actores: James Mason, Kirk Douglas e Peter Lorre.

TODOS OS ANOS CANTO A PRIMAVERA...

Posso lá compreender os teus olhos resignados com qualquer mecânica de Primavera!

Eu que estou farto das canções vazias dos pássaros e dos montes de pedras que já ninguém sabe quem criou neste enredo da prolução das árvores a repetirem sonâmbulas a herança azul do primeiro caos da criação.

Eu que quero outra luz, outro Sol, outra morte, neste planeta de cadáveres entufecidos de flores.

Eu que só choro diante das paisagens quando me lembro que por dentro das pedras corre, negro e escondido, o sangue humano de todos os fuzilados.

A Primavera queremos nós criá-la. Nós, os homens.

poema de José Gomes Ferreira

BIBLIOTECAS SINDICAIS

Em Praga, capital da Checoslováquia, existem actualmente cerca de 800 bibliotecas do Movimento Revolucionário Sindical, que contam com mais de 2 milhões de livros. Essas bibliotecas são visitadas anualmente por cerca de 160 mil sindicalistas, que requisitam livros a título de empréstimo para ler em suas casas.

Um exemplo a seguir por todos os nossos Sindicatos que ainda não tenham formado a sua biblioteca. Todo o processo revolucionário tem de incluir no seu programa, e como uma das tarefas prioritárias, a cultura do povo. Criar bibliotecas é uma forma de contribuir para o avanço intelectual dos trabalhadores. Portanto da revolução e do país.



O ENCERRAMENTO DA REUNIÃO DA FDIM

No momento em que encerramos esta edição — com a desagradável antecipação a que as condições técnicas nos obrigam — está a decorrer no Pavilhão dos Desportos um grande comício assinalando o fecho da reunião do Bureau da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), que teve lugar em Lisboa a convite e por iniciativa do Movimento democrático das Mulheres (MDM).

Esta reunião do aparelho directivo da FDIM — organização que integra 124 organizações femininas de 109 países — teve especial importância por coincidir com o primeiro ano do Decénio da Mulher, proclamado pela ONU sob o lema: «Igualdade, Desenvolvimento e Paz».

Das conclusões da reunião de Lisboa do «Bureau» da FDIM, podemos destacar: um apelo às mulheres do mundo inteiro para que fortaleçam a solidariedade com os povos em luta, designadamente os da Palestina e da África do Sul, e para que prossigam na sua luta pela igualdade de direitos, pela paz e pelo desarmamento. Foi revelado o programa de acção para os anos de 1977 e 1978, onde se incluem o estabelecimento de centros de alfabetização em todo o mundo; a construção de um hospital para mulheres e crianças no Vietname; a realização de um Seminário latino-americano no Panamá, de uma reunião na Checoslováquia sobre o desenvolvimento da personalidade da criança e de um seminário na Hungria sobre a situação das mulheres trabalhadoras na Europa; e a construção, na Somália, de um centro destinado às organizações femininas de África.

O comício, no Pavilhão dos Desportos, está a decorrer sob o lema «Pela Democracia e Pela Paz, Mulheres de Todo o Mundo Unidas». Estão presentes mulheres de vários países que usaram da palavra sobre os problemas relacionados com as lutas dos povos e as suas organizações, com especial incidência sobre a situação da mulher trabalhadora.

A abrir a sessão, e perante milhares de pessoas, falou um elemento da Direcção do Movimento Democrático das Mulheres que lembrou como «dantes era difícil

para as mulheres portuguesas estarem presentes em reuniões democráticas de âmbito internacional — sendo, para o fazer, necessário, nomes falsos, saídas clandestinas do País, correndo-se a todo o instante o risco da prisão».

Freda Brown, a presidente da

Na mesa do comício encontram-se, Luisa Amorim, do MDM, que preside aos trabalhos; Maria Lamas, como convidada de honra; Alda Nogueira, do Comité Central do PCP; e representantes dos vários países que participaram nesta reunião da FDIM.

E de assinalar que durante uma das sessões da reunião do executivo da FDIM, foi recebida a notícia de que a República Popular de Angola fora admitida na ONU. Esta informação foi acolhida com quentes aplausos pelas delegações presentes aos trabalhos.

De Bissau, foi recebido um

e progressiva alta e fraternal consideração.»

A delegação da República recebeu, no passado dia 23, uma delegação da FDIM, constituída por:

Freda Brown, presidente; Fanny Edelman, secretário-geral; e nove dirigentes de organizações femininas da União Soviética, França, União Indiana, Vietname, Cuba, República Democrática

Além, do Congresso Nacional Africano, de Angola e do Chile.

A delegação, que foi recebida pelo acesso do Presidente da República, apresentou cumprimentos com o pedido de serem transmitidos ao Povo português. O representante do Presidente da República enviou, por sua vez, saudações ao Encontro, pedindo que lhe fossem enviadas as conclusões da reunião, em Lisboa, do Executivo da FDIM.



FDIM, afirmou, quando no uso da palavra, que «o 25 de Abril abriu uma esperança para todos os povos oprimidos» e, referindo-se à libertação das antigas colónias portuguesas, que «a nossa vitória foi pois a vitória deles e a deles foi a vossa, e essa vitória foi a de toda a humanidade».

A delegada da União Soviética invocou Catarina Eufémia para prestar homenagem a todas as trabalhadoras portuguesas: «Inclinamos as nossas cabeças perante a gloriosa filha do Povo português» — declarou comovida a delegada da União Soviética.

telegrama assinado por Carmen Pereira, presidente da Comissão Feminina do PAIGC, cujo texto transcrevemos na íntegra:

MDM — Lisboa
Ocasião Reunião Comissão Executiva Federação Democrática Internacional Mulheres terá lugar Lisboa de 23-25 de Novembro de 1978 Comissão Feminina PAIGC envio calorosas saudações, votos resultados positivos sejam alcançados para que mulheres de todo o Mundo possam dar sua contribuição, luta e emancipação e construção sociedade próspera

NÃO COLABORAR COM O DIVISIONISMO

Integrado nos trabalhos do Plano, assinou o Governo um acordo de cooperação técnica com a OIT destinado a analisar os problemas decorrentes da planificação global do emprego e da necessidade de a integrar no plano económico. Na sequência desse acordo, decorreu uma Mesa Redonda promovida e presidida pelos Secretários de Estado do Planeamento e da População e Emprego na qual participaram técnicos nacionais e da BIT e para a qual a Inter sindical Nacional — única estrutura confederativa sindical portuguesa na qual estão filiados 201 sindicatos — foi convidada.

No plenário geral de sindicatos, onde participaram organizações que se dizem aderentes à «Carta Aberta», ficou decidido por unanimidade, que competiria ao Secretariado da Inter sindical representar o Movimento Sindical português nos contactos com os organismos governamentais, exactamente com o objectivo de defender a unidade do movimento Sindical e os interesses dos trabalhadores portugueses.

A análise e discussão da problemática do emprego reveste-se da maior importância para todos os trabalhadores portugueses e, por via disso, a Inter sindical de imediato acatou o convite para se fazer representar e participar nos trabalhos da Mesa Redonda. Por outro lado, a prerrogativa de participar nas iniciativas governamentais que digam directamente respeito aos problemas

dos trabalhadores é um direito expresso, consignado na Constituição.

No entanto, o Governo tem primado pela obstinada atitude de afastar da elaboração da legislação laboral a única Central Sindical existente em Portugal e como tal reconhecida também pela OIT. No caso desta mesa redonda muito embora com a aparência contrária, foi o que mais uma vez aconteceu. Com efeito, para participarem nos trabalhos foram convidados elementos de direcções identificados como «Sindicatos da Carta Aberta» ao lado de elementos da Inter sindical, o que quer fazer pressupor não só a cisão do Movimento Sindical como ainda a existência de facto, de outra central sindical.

Esta a razão pela qual a delegação da Inter sindical não participou nos trabalhos da Mesa Redonda.

A participação a teria ser interpretada como concordância com as intenções divisionistas do Governo e como reconhecimento tácito da cisão da unidade do Movimento Sindical, objectivo prosseguido afinadamente pelos inimigos dos trabalhadores.

REFORMA AGRÁRIA

(Continuação da pág. 1)

das maiores armas da reacção, contra os trabalhadores contra o País.

Um ataque à Reforma Agrária significa uma agressão a todo o processo revolucionário português, às nacionalizações, ao controlo operário, a todas as conquistas dos trabalhadores.

A resistência dos trabalhadores a um acto anticonstitucional e de franca provocação, levanta a possibilidade de os trabalhadores enfrentarem UNIDOS todas as tentativas contra-revolucionárias que ameacem as conquistas efectuadas por toda a classe operária depois do 25 de Abril de 1974.

Pedimos aos camaradas que assinem uma lista que encaminhará uma MOÇÃO de protesto para ser lida e discutida na Assembleia da República. Com mil assinaturas conseguiremos esse direito, garantido pelo Art.º 211.º do Regimento Interno da Assembleia da República.

Rovilha

